



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERRITÓRIO, AMBIENTE E SOCIEDADE

BERNARDO GIESTA ROMANO

**URBANISMO TÁTICO:
O DIREITO À CIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Salvador
2024

BERNARDO GIESTA ROMANO

**URBANISMO TÁTICO:
O DIREITO À CIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS), Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Laila Nazem Mourad

Linha de pesquisa: Sociedade, política, história e cultura em dinâmicas territoriais e ambientais

Salvador
2024

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

R759 Romano, Bernardo Giesta
Urbanismo tático: o direito à cidade e a produção do espaço / Bernardo
Giesta Romano. – Salvador, 2024.
89 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade.
Linha de pesquisa: Sociedade, Política, História e Cultura em Dinâmicas
Territoriais e Ambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Laila Nazem Mourad.

1. Urbanismo tático 2. Direito à cidade 3. Produção do espaço
4. Transformação urbana 5. Ferramenta participativa 6. Arte urbana
7. Comércio 8. Salvador I. Mourad, Laila Nazem – Orientadora
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação III. Título.

CDU 711.163(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

BERNARDO GIESTA ROMANO

"URBANISMO TÁTICO: O DIREITO À CIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO"

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Território, Ambiente e Sociedade.

Salvador, 27 de março de 2024.

Banca Examinadora:



Laila Nazem Mourad (orientadora – UCSAL)



Aparecida Netto Teixeira (examinadora interna - UCSAL)



Thais de Miranda Rebouças (examinadora externa - Câmara Municipal de Salvador - CMS)

Aos meus pais, aos amigos do Instituto Baiano de Direito Imobiliário (IBDI) e à minha orientadora, Profa. Dra. Laila Nazem Mourad, respectivamente, pela vida, pela capacidade associativa e pela estruturação do pensamento crítico acadêmico.

ROMANO, Bernardo Giesta. **Urbanismo Tático**: o direito à cidade e a produção do espaço. 2024. 87 fl. il. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2024.

RESUMO

O cidadão pode mudar a cidade? Como isso seria possível? O direito à cidade é a possibilidade de o cidadão não só usufruir da cidade, mas também participar diretamente dela. O Urbanismo Tático, por sua vez, consiste em práticas participativas que permitem que as pessoas intervenham no ambiente urbano, através da ativação de espaços públicos por meio de intervenções imediatas de recuperação e redesenho urbano, de curto prazo e baixo custo, que possam transformar a cidade e orientá-la para uso e decisão da comunidade e torná-la mais “habitável”. Utilizando a cidade do Salvador, especificamente o Bairro do Comércio e seu entorno imediato, identificado como o maior eixo de convergência do fluxo populacional soteropolitano, indagamos se o urbanismo tático é realmente capaz de produzir o urbanismo cidadão e experimentar o direito à cidade. A escolha da abordagem teórica apresentada nesta dissertação está centralizada no Direito à Cidade e no Urbanismo Tático. A metodologia utilizada foi baseada na análise qualitativa, através da exploração de fontes documentais, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo das iniciativas públicas e sociais atualmente praticadas nesse bairro, onde se realiza um comparativo de tais práticas com os conceitos teóricos mobilizados. As considerações finais apontam que o urbanismo tático é não a única medida de direito à cidade, mas certamente uma importante ferramenta metodológica participativa, que, por sua característica faseada, propõe uma solução transitória imediata. Nesse sentido, considero que a maioria das iniciativas atualmente existentes no Bairro do Comércio não se configuram propriamente como urbanismo, à exceção do Projeto Re(tintas), que é um verdadeiro manifesto de como ações de baixo custo e muita criatividade podem estimular o direito à cidade e promover uma verdadeira transformação.

Palavras-chave: Urbanismo tático; Direito à cidade; Produção do espaço; Transformação urbana; Ferramenta participativa; Arte urbana; Comércio; Salvador.

ROMANO, Bernardo Giesta. **Tactical Urbanism: The right to the city and the production of space.** 2024. 87 s. il. Dissertation (Postgraduate Program in Territory, Environment and Society) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2024.

ABSTRACT

Can citizens change the city? How would this be possible? The right to the city is the possibility for citizens not only to enjoy the city, but to participate directly in it. Tactical Urbanism, in turn, consists of participatory practices that allow people to intervene in the urban environment, through the activation of public spaces through immediate, short-term and low-cost urban recovery and redesign interventions, which can transform the city and guide it for community use and decision-making and make it more “livable”. Using the city of Salvador, specifically the Bairro do Comercio and its immediate surroundings, identified as the largest axis of convergence of Salvador's population flow, we ask whether tactical urbanism is really capable of producing citizen urbanism and experiencing the right to the city. The choice of theoretical approach presented in this dissertation is centered on the Right to the City and Tactical Urbanism. The methodology used was based on qualitative analysis, through the exploration of documentary sources, bibliographical research and field research on public and social initiatives currently practiced in this neighborhood, where a comparison of these practices is carried out with the theoretical concepts mobilized. The final considerations point out that tactical urbanism is not the only measure of the right to the city, but certainly an important participatory methodological tool, which, due to its phased nature, proposes an immediate transitional solution. In this sense, I consider that most of the initiatives currently existing in Bairro do Comercio are not properly configured as urbanism, with the exception of the re (paints) project, which is a true manifesto of how low-cost actions and a lot of creativity can stimulate the right to the city and promote true transformation.

Keywords: Tactical urbanism; Right to the city; Production of space; Urban transformation; Participatory tool; Urban art; Business; Salvador.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Planta de restituição da Bahia	13
Figura 2	Ilustração das estações de média e alta capacidade	14
Figura 3	A arte de construir cidades	18
Figura 4	As disposições artísticas da cidade	20
Figura 5	Volumes e traçados reguladores	22
Figura 6	Setorização das cidades	22
Figura 7	Cidade para pessoas	25
Figura 8	Cidade Alta e Cidade Baixa	29
Figura 9	Cidade Baixa com trapiches	30
Figura 10	Cidade Baixa com aterro portuário	30
Figura 11	Mobilidade entre Cidade Baixa e Cidade Alta	31
Figura 12	Ilustração do crescimento demográfico	32
Figura 13	Desenvolvimento rodoviário de Salvador	33
Figura 14	Limites do Bairro do Comércio	35
Figura 15	Traçado subterrâneo do túnel projetado	37
Figura 16	Escala humana do trajeto subterrâneo	37
Figura 17	Intervenções viárias na superfície	38
Figura 18	Táticas urbanas	43
Figura 19	Exemplos de ações de urbanismo tático	45
Figura 20	Fases preparatória e efêmera do urbanismo tático	47
Figura 21	Fases temporária e permanente do urbanismo tático	49
Figura 22	Cobertura com a instalação de lâmpadas de vidro em fios de <i>nylon</i>	50
Figura 23	Escultura “Maternos” instalada na Rua da Grécia	51
Figura 24	Elemento escultural na Rua Francisco Gonçalves	52
Figura 25	Painel colorido nas paredes do equipamento de mobilidade vertical	53
Figura 26	Elemento escultural em frente do Plano Inclinado Gonçalves	54
Figura 27	Ação espontânea de grafite promovida pelo grupo MUSAS ...	55
Figura 28	Mural instalado na Avenida da França	58
Figura 29	Intervenção pelo projeto MURAL	59
Figura 30	Instalação do artista Eder Muniz no projeto MURAL	61
Figura 31	Identificação da Cidade Baixa no Projeto Orla	64
Figura 32	Idealização concebida pelo Projeto Orla	65
Figura 33	Mural comunitário em diálogo com o cotidiano	68
Figura 34	Roda de conversa comunitária	69
Figura 35	Ação comunitária de valorização do ambiente urbano	70

Figura 36	Ação comunitária de <i>placemaking</i>	71
Figura 37	Foto de Pierre Verger	73
Figura 38	Lavagem do Bomfim	74
Figura 39	Salvador Vai de Cafezinho	74
Figura 40	Axé com Dendê	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O ABANDONO DA ARTE DE CONSTRUIR CIDADES	17
3 TODOS OS CAMINHOS NOS LEVAM AO BAIRRO DO COMÉRCIO: SERIAM ELES SUBTERRÂNEOS?	28
4 URBANISMO TÁTICO E A CAPACIDADE DE ATIVISMO DO CIDADÃO	39
4.1 AS FASES DO URBANISMO TÁTICO E SEU OBJETIVO	44
4.2 RUA – ROTEIRO URBANO DE ARTE DE SALVADOR	50
4.3 MURAL – MOVIMENTO URBANO DE ARTE LIVRE.....	57
4.4 PROJETO ORLA.....	63
4.5 QUE LADEIRA É ESSA?	68
4.6 OUTRAS AÇÕES ESPONTÂNEAS	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

É encantador o milagre da vida e o fenômeno da transformação que nela é essencial. Este trabalho é fruto de um exílio da vida urbana, ocasionado pela pandemia de coronavírus nos anos de 2020 e 2021 e sobretudo do desejo – que deste momento explode – de investir na vida comunitária e na construção coletiva da cidade.

Buscou-se investigar, na atualidade, o urbanismo tático, que se revelou como um instrumento tático do cidadão, na participação das decisões e na experimentação de ações, intervenções ou projetos urbanos.

Não se acredita que o urbanismo tático seja o único ou mesmo o principal instrumento no processo decisório participativo das cidades, mas uma ferramenta no urbanismo brasileiro – na imensidão de ações que se inclinam ao direito à cidade – ainda sem presença marcante no planejamento urbano e sobretudo nos planos diretores, diferentemente do que ocorre com as audiências públicas e o estudo de impacto de vizinhança.

O urbanismo tático é uma abordagem inovadora que busca promover mudanças reais no ambiente urbano por meio de intervenções temporárias e experimentais. Ao utilizar materiais de baixo custo e envolver a comunidade em oficinas e eventos, essa prática permite avaliar o impacto das intervenções de forma tangível, antes de implementá-las em caráter permanente.

Através do urbanismo tático se propõe, portanto, de maneira real e prática, a partir de encontros preparatórios como em oficinas de ideias, um desenho urbano tomando como base eventos efêmeros e onde – com o uso de matérias e mobiliário de baixo custo – se avalia temporariamente o impacto na comunidade, sua aceitação e melhorias, possibilitando (se esse for o interesse de coletivos urbanos ativistas) evoluir para a configuração urbana permanente já experimentada ao território.

Esse instrumento não apenas desafia as estratégias urbanas convencionais, mas também oferece uma maneira mais inclusiva e participativa de planejar e projetar espaços urbanos. Ao priorizar a caminhabilidade e a criação de espaços de convívio, o urbanismo tático demonstra um compromisso com a qualidade de vida nas cidades.

A metodologia do Urbanismo Tático desempenha um papel crucial na construção

coletiva da cidade, desafiando as políticas públicas que impõem padrões urbanos sem considerar as necessidades e os desejos da comunidade. As iniciativas do Urbanismo Tático visam promover a reapropriação do espaço urbano por e para seus principais usuários. Pauta-se na ideia de as ações serem contra o sistema vigente e independentes dos governos, ou seja, na ideia de subversão e fricção de tais processos (Lydon *et al.*, 2012).

Inicialmente, parece que ele assume a sua forma mais tática – de contraposição hegemônica – na forma que atualmente se apresenta, apenas como instrumental da sociedade civil e sem qualquer previsão estratégica. É nesse estado da arte que se torna mais interessante e que se instiga a busca pela sua análise neste trabalho.

Esse instrumento urbanístico, além de insurgente na construção coletiva da cidade (compreendendo como ação insurgente aquela em contraposição às inúmeras políticas públicas que buscam impor um padrão urbano), se propõe a ir em direção ao direito à cidade também para proporcionar caminhabilidade ao território, bem como na produção de espaços urbanos de convívio.

O interesse pelo seu estudo surge em contraponto à cidade pós-moderna que reduziu a arquitetura urbana aos volumes e aos traçados reguladores e as ruas e espaços públicos à circulação de carros em desprestígio aos seres humanos.

Vivemos um momento em que a arquitetura hostil tem dominado espaços públicos contra a livre circulação de pessoas, restringindo o usufruto do cidadão e sobretudo das pessoas em situação de rua.

O urbanismo tático surge como uma resposta insurgente às políticas urbanas que priorizam o controle do espaço em detrimento da qualidade de vida dos cidadãos. Ao propor intervenções temporárias e experimentais, esse instrumento busca resgatar a essência dos espaços urbanos como locais de convívio e encontro (Gehl, 2015), em oposição à crescente hostilidade arquitetônica que relega as pessoas a segundo plano em relação aos carros e à lógica do lucro.

Lanças, gradis e toda a forma de estratégia de expulsão dos usuários da cidade tomam lugares em bancos públicos, praças, marquises ou em toda a sorte de abrigo urbano e espaço de convívio público, subtraindo do cidadão a sua capacidade de usufruto da cidade, sem qualquer poder decisório e retirando, por vezes, o seu próprio

direito à existência urbana.

A cidade pós-moderna ou cidade neoliberal, marcada pela predominância de estratégias de exclusão e expulsão, exige uma reflexão urgente sobre táticas de sobrevivência urbana que restabeleçam o direito à cidade para todos. A presença de barreiras físicas e simbólicas, como lanças e gradis, em espaços públicos fundamentais para a vida coletiva, representa não apenas uma ameaça ao usufruto do cidadão, mas também uma negação de sua própria existência no espaço urbano.

Em um cenário desafiador, é essencial fortalecer o pensamento crítico e a capacidade de resistência dos cidadãos, para que possam reivindicar seu lugar na cidade e participar ativamente das decisões que afetam seu cotidiano. O estudo aprofundado das práticas de urbanismo tático, voltadas para a promoção do bem-estar coletivo e o empoderamento dos indivíduos, torna-se um caminho promissor na busca por cidades mais justas, inclusivas e democráticas.

Nesse contexto, percebo que se torna urgente o estudo de tática de sobrevivência urbana, sobretudo aquelas que se centram na vontade do cidadão, que vem enfrentando as forças dominantes, no que se refere à captação pelo mercado ou poder público de noções conceituais desse instrumento e sua utilização em práticas que se afastam da sua intenção original de direito à cidade e de fortalecimento do processo decisório do cidadão no melhor usufruto dos recursos urbanos.

Para esta investigação, adotou-se o Bairro do Comércio (e seu entorno imediato) da primeira capital do Brasil, Salvador/BA. Ao compartilhar conhecimentos e experiências sobre ferramentas de intervenção urbana que visam resgatar a vitalidade dos espaços públicos e reafirmar o direito à cidade como um direito humano fundamental, podemos inspirar mudanças positivas em nossas comunidades e contribuir para a construção de ambientes urbanos mais acolhedores e equitativos.

Avaliaram-se as intervenções urbanas que puderam ser observadas durante os últimos 5 anos, sem a pretensão de ter esgotado todas as possibilidades e certo de que partia sempre do olhar de um espectador.

Escolheu-se essa região não só para avaliar um instrumento insurgente, em um bairro já surgido da ação humana de aterro marítimo e por onde aportaram os colonizadores para a implantação e imposição de seu modelo civilizatório (segundo a perspectiva

deles) (Salvador, 2019, p. 22), mas também por ser este o maior eixo de convergência do fluxo pessoas, que ali chegam por meio das mais diversas formas, como em estações rodoviárias, metroviárias, hidroviária, dentre outros.

Figura 1 - Planta de restituição da Bahia



Planta de restituição da Bahia, 1624, Teixeira Albernaz. Fonte Mapoteca do Itamaraty. Ministério das Relações Exteriores.

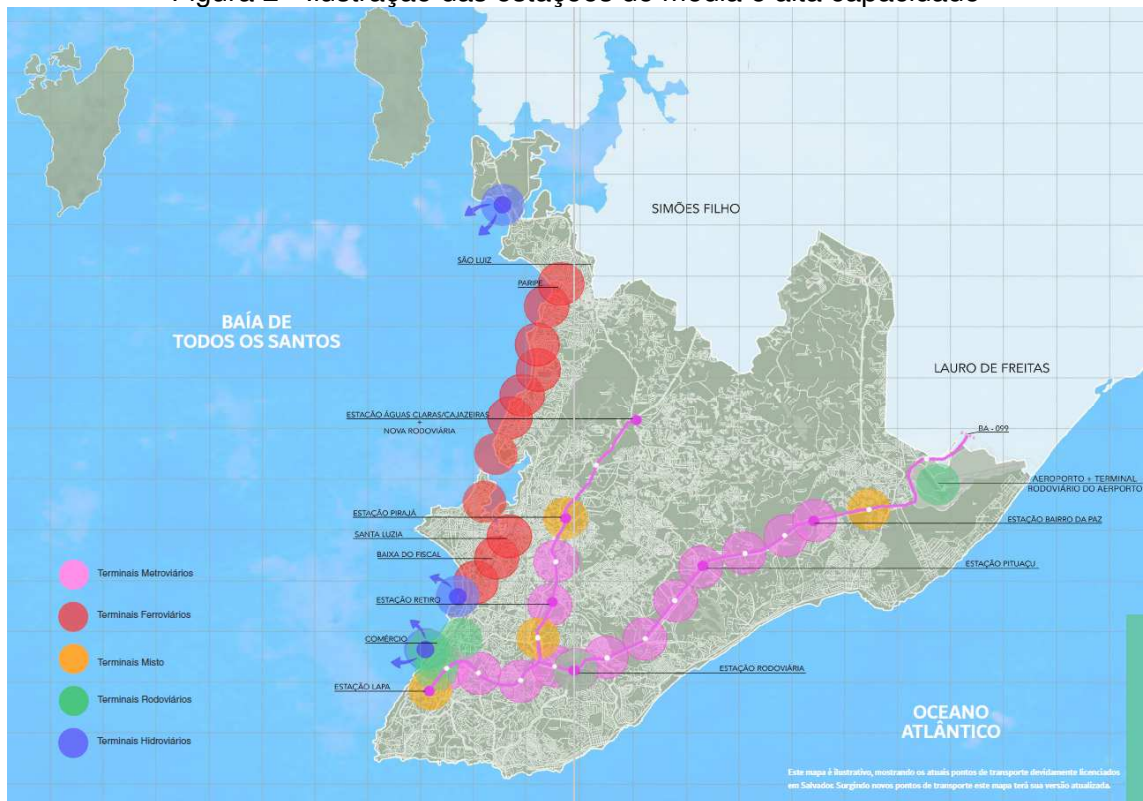
Fonte: Salvador (2019, p. 22)

A escolha do Bairro do Comércio surge da ilustração dos eixos das estações de transporte de média e alta capacidade realizado pelo Município de Salvador (Salvador, 2019, p. 70), que teve sua carta de apresentação firmada pelo então secretário de urbanismo e nomeada “Um pacto pelo direito à cidade”, publicada no mês de dezembro de 2020, durante a pandemia, na qual se narraram as diretrizes para o fortalecimento de espaços urbanos, de conexão e cooperação de esforços para a acessibilidade e a melhoria da qualidade da vida urbana nas áreas públicas, sobretudo as próximas dessas estações.

Foi, portanto, a partir dessa reflexão e do ponto de confluência de rotas revelado ao Bairro do Comércio e seu entorno imediato que se adotou o recorte deste trabalho

nesse centro de convergência, buscando estudar as intervenções naquele espaço urbano e se eram, ou não, exemplos de urbanismo tático.

Figura 2 - Ilustração das estações de média e alta capacidade



Fonte: Salvador (2019, p. 70)

Entendeu-se que era preciso lançar um olhar para o modelo participativo crítico do urbanismo tático como forma de compreender os desejos de seus usuários no processo decisório da cidade, e não somente através de investimentos públicos em intervenções impositivas ou de ações que captem as ações insurgentes e, assim, busquem dominá-las.

As primeiras noções sobre urbanismo tático foram encontradas ao se compreender como boa prática a adoção dos caminhos naturais dos usuários nas propostas de desenho urbano e, a partir dessa premissa, do estudo de instrumentos urbanísticos que buscassem privilegiar a vontade prática do cidadão.

Essa reflexão, ao meu ver, ganha maior relevância quando estamos às vésperas de revisão do Plano Diretor da cidade, momento em que o planejamento urbano vem adotando instrumentos atípicos (para além daqueles típicos previsto no Estatuto da Cidade) de urbanismo concertado (instrumentos de cooperação entre sociedade civil

– poder público – empresas), assim como de instrumento de regularização fundiária e acesso à terra, fundamentais ao direito à cidade e que abrem oportunidade para a inserção de um instrumento ativista como o do urbanismo tático.

A cidade para pessoas pressupõe ações ativistas e a participação do cidadão nos processos que configuram os espaços urbanos. A partir dessa premissa, o **objetivo geral** desta pesquisa é o de analisar, na contemporaneidade, o conceito teórico do urbanismo tático e do direito à cidade, além dos movimentos ativistas na produção de espaços públicos no Bairro do Comércio e seu entorno imediato.

Como **objetivos específicos**, este trabalho pretende: compreender as noções conceituais sobre o urbanismo tático e de direito à cidade e, então, compreender se existem, ou não, práticas do urbanismo tático nos movimentos ativistas no Bairro do Comércio e seu entorno imediato.

Como metodologia, foram realizados levantamento, análise e síntese bibliográfica para a compreensão dos conceitos de urbanismo tático e de direito à cidade; levantamento e pesquisas de campo no Bairro do Comércio e seu entorno imediato, relacionadas ao urbanismo tático/insurgente e a ações institucionais que no discurso se vinculam ao direito à cidade; análise dessas ações com os conceitos teóricos revisados.

Nesse sentido, no capítulo “O Abandono da Arte de Construir Cidades”, trata-se especificamente da arquitetura da cidade pós-moderna, que privilegia os carros e o lucro, trazendo urgência de táticas de sobrevivência urbana para lembrar que a cidade para pessoas é a razão da sua existência. Na sequência, no capítulo “Todos Os Caminhos Nos Levam Ao Bairro Do Comércio: Seriam Eles Subterrâneos?”, destaco o potencial transformador do Bairro do Comércio e sua capacidade de ações em áreas-chave ecoarem pela cidade e inspirar outras comunidades.

O capítulo “Urbanismo Tático e a Capacidade de Ativismo do Cidadão” aborda as noções conceituais e o desenvolvimento no tópico “As Fases do Urbanismo Tático e seu Objetivo”, para que seja possível analisar os tópicos seguintes do capítulo dos projetos como o “Rua – Roteiro Urbano de Arte de Salvador”, “Mural – Movimento Urbano de Arte Livre”, “Projeto Orla”, que não se revelam como práticas de urbanismo tático, para então permitir a análise do projeto inspirador “Que Ladeira É Essa?”, que demonstra de maneira exemplar a ação transformadora desse instrumento. Por fim,

concluo o capítulo destacando um tópico sobre “Outras Ações Espontâneas” que, em que pese não serem exemplos de urbanismo tático, são de grande relevância para a nossa história, nossa cultura e o direito à cidade.

Ao final, apresento o capítulo “Considerações Finais”, destacando o poder transformador do urbanismo tático e como as cidades têm sua essência nos laços sociais e convívios comunitários.

A justificativa deste trabalho se centra na busca pela melhoria dos espaços urbanos na visão do pedestre e a aplicação do urbanismo tático como uma estratégia ativista de ocupação e apropriação dos espaços públicos no Bairro do Comércio e seu entorno imediato, enquanto sua importância está na maneira de fazer a cidade que é diferente da noção institucionalizada do urbanismo e da prática convencional do planejamento urbano e da formulação de políticas, controlada por profissionais e especialistas.

Trata-se de um trabalho de utilidade contemporânea e histórica, porque retrata e examina as práticas de movimentos caracterizados pela transformação e apropriação do espaço público pela mão de cidadãos, através de ação temporária, efêmera, com potencial a sua concretização permanente; analisa o urbanismo tático na perspectiva de se constituir um recurso instrumental a favor daqueles que tensionam a produção da cidade diante do que está estabelecido. E, finalmente, porque analisa como o poder público e a fração capital têm aplicado o urbanismo tático.

2 O ABANDONO DA ARTE DE CONSTRUIR CIDADES

A arte é uma forma de produção da felicidade? Desde a literatura mais antiga a que se tem acesso sobre a gestão da coisa pública, a felicidade da cidade já era apontada como um objetivo do bom governo, que nunca deveria tornar apenas uma determinada classe feliz, mas a cidade inteira feliz, transmitindo beleza a todo o território (Platão, 2019, p. 180). Na busca pela felicidade, se reconhecia o papel das artes e da capacidade de boas imagens tornarem as pessoas mais felizes (Platão, 2019, p. 284). No conceito de boas imagens, por exemplo, estaria a pintura de reconhecidas boas práticas pelos cidadãos (Platão, 2019, p. 304).

Ao longo da história, a arte tem, portanto, desempenhado um papel significativo na busca pela felicidade, o que tem sido um objetivo do bom governo, destacando-se a importância de não restringir essa felicidade a uma classe específica, mas sim estendê-la a toda a cidade.

Na construção de sociedades mais harmoniosas, ressalta-se a necessidade de transmitir beleza e bem-estar por todo o território. As artes, por meio de boas imagens e práticas reconhecidas pelos cidadãos, desempenham um papel crucial nesse processo, comunicando-se com o espírito das pessoas e contribuindo para a criação de um laço social entre aqueles que com elas interagem.

Desde as antigas reflexões sobre a gestão da coisa pública até as discussões contemporâneas, a ideia de que a arte contribui para o bem-estar coletivo tem sido recorrente.

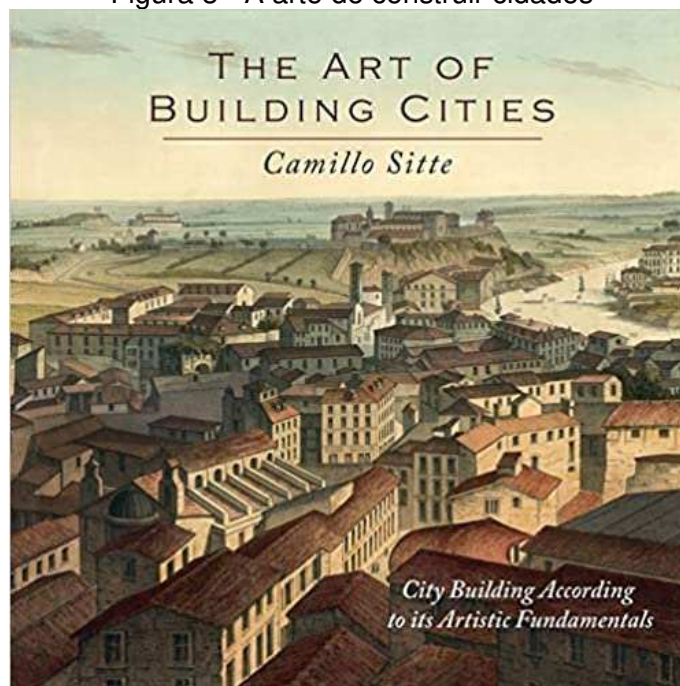
Na modernidade, a arte era reconhecida como uma linguagem que comunica com o espírito das pessoas, capaz de gerar um laço social entre aqueles que interagem com ela. No caso da arquitetura, a capacidade da arte estrutural – moldada no território – unir as pessoas e provocar costumes e organizar os seres humanos que com ela se relacionam (Hegel, 2012, p. 36-37).

A arquitetura e outras expressões artísticas estruturais têm demonstrado sua capacidade não apenas de unir as pessoas, mas também de influenciar costumes, usos coletivos e a relação da comunidade com o território. A arte não tanto transmite beleza

quanto pode inspirar sentimentos de pertencimento, promovendo a compreensão mútua e estimulando o senso de comunidade.

Nesse ponto, é relevante evidenciar um importante inventário dos fundamentos da arte de construir cidades realizado por Camillo Sitte em cidades notáveis por sua beleza (Sitte, 2013). Ao analisar cidades historicamente belas como Atenas, Roma, Florença e outras tantas constantes do inventário, é possível compreender o papel de centros de convivência pública e do desenho urbano para essa convivência e união.

Figura 3 - A arte de construir cidades



Fonte: Sitte (2013, s. p.)

O mundo que conhecemos é o resultado do que construímos uns com os outros e a nossa capacidade de convivência está diretamente relacionada à perspectiva em que nos colocamos na dinâmica do acoplamento estrutural social humano (Maturana, 2001, p. 267-268). A arte, por sua vez, é uma necessidade do espírito humano de libertação da materialidade, o trabalho artístico se apresenta em um plano intermediário entre a matéria imediata e o pensamento puro (Hegel, 2012, p. 27-28).

Diante disso, fica evidente que a arte desempenha um papel fundamental na produção da felicidade e no fortalecimento do tecido social em uma comunidade. Sua capacidade de criar conexões emocionais e promover valores compartilhados contribui significativamente para o bem-estar coletivo e para a construção de cidades mais

vibrantes e inclusivas.

A arquitetura clássica ressaltava a importância da ordenação, disposição, euritmia, comensurabilidade, decoro e distribuição na arte da feitura do trabalho arquitetônico. Para além das questões orçamentárias, a harmonia entre as partes, a iconografia da disposição territorial, a ortografia do frontispício e a cenografia do bosquejo da edificação eram essenciais a uma boa arquitetura, além da sua representação e da utilidade aos seres humanos (Vitruvius, 2019, p. 74-75).

Esses princípios e elementos eram fundamentais para que a criação de um trabalho arquitetônico fosse considerada excelente. A ênfase na ordenação, disposição, harmonia, proporção, decência e distribuição refletia a busca por uma arquitetura que não apenas fosse esteticamente agradável, mas também funcional e significativa para aqueles que a utilizavam.

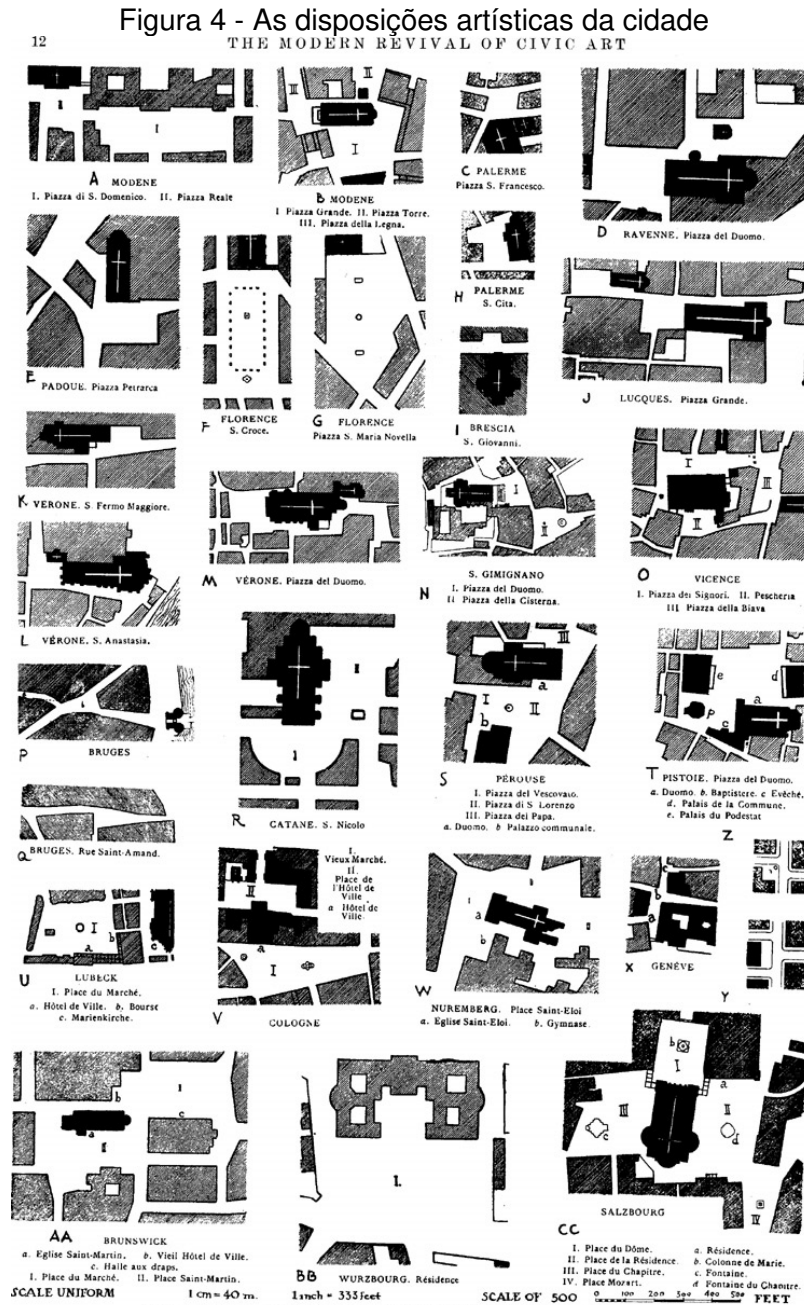
Acreditava-se que, com o conhecimento acumulado historicamente, poder-se-ia, a partir da técnica aplicada aos elementos mais rudimentares da natureza, dar vazão à magnanimidade e à divinação da alma, escolher os sítios mais apropriados para erguer espaços de convívio e expressar o corpo e a alma (Vitruvius, 2019, p. 298).

Os conhecimentos filosóficos, aritméticos, históricos, geográficos, astrológicos e biológicos deveriam ser transmitidos com musicalidade e harmonia nas dimensões estéticas das construções (Salvador, 2019, p. 74-75), havia a clara percepção do valor cultural da arquitetura e a capacidade do valor do conhecimento “mais vale a instrução do que a segurança das riquezas” que preparam um povo contra qualquer mudança de governo ou devastações (Vitruvius, 2019, p. 74-75).

Não se quer fazer crer aqui que a Antiguidade Clássica atingiu a igualdade e a harmonia entre os povos, uma vez que é amplamente conhecida a estrutura hierárquica que dominava os impérios e as realidades desse período histórico, com a escravização de pessoas e a precariedade das condições de vida, sobretudo, mas não somente, para além das muralhas.

O objetivo é tão somente compreender a capacidade do ambiente construído de condicionar os corpos humanos a que nele estão inseridos e como a estrutura urbana tem a capacidade de determinar ou, ao menos, dar oportunidade ou restringir o convívio humano.

A disposição de uma clareira urbana, seja ela uma praça pública ou um simples alargamento urbano (Sitte, 2013, p. 12) é capaz de abrigar um coletivo de pessoas, enquanto – se distribuída ao lado de uma passagem pública – pode dar abrigo e ao mesmo tempo ser observada pelos passantes.



Fonte: Vitrúvio (2019, p. 74-75)

Se são diversas as passagens, maiores são os caminhos que convidam ao abrigo do coletivo urbano e se decoradas com fontes de recursos naturais, como árvores, água e pontos de sombra e descanso, mais interessante aos olhos dos passantes ela se torna.

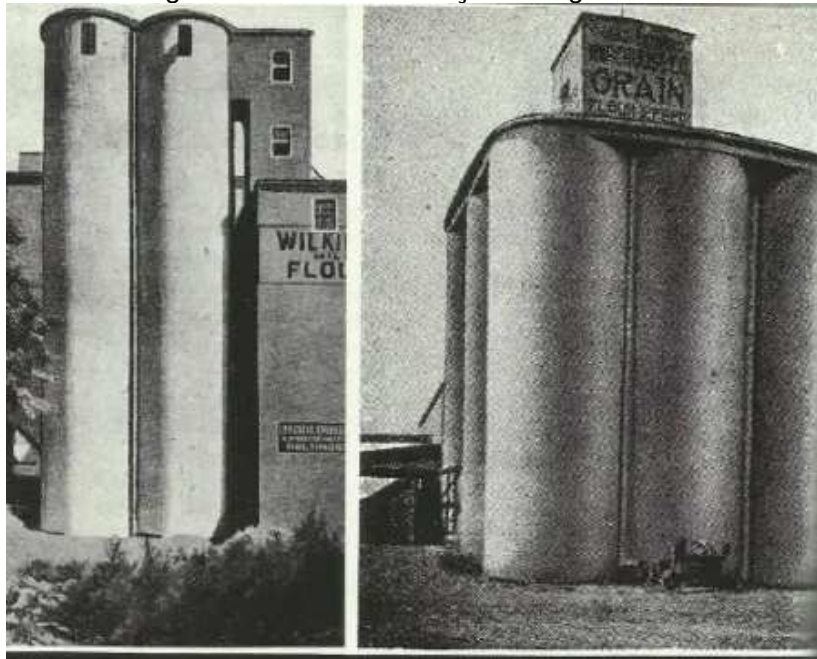
O descortinamento de monumentos, murais e de artes públicas pode gerar eurritmia, dando dinâmica e ritmo ao ambiente urbano. A comensuralibilidade nas proporções de cada elemento é um importante ponto de equilíbrio entre a estrutura e o corpo humano, sendo certamente a relação das dimensões humanas na estrutura urbana essencial para tornar o ambiente convidativo a uma escala de atividade humana ou não humana.

Ao longo do tempo, a arquitetura e o planejamento urbano passaram por transformações significativas, muitas vezes sob a influência das considerações econômicas e dos interesses comerciais da ocasião. A transição para uma abordagem mais orientada para os cálculos orçamentários e as demandas dos clientes, banqueiros e industriais do período trouxeram mudanças na forma como as cidades foram projetadas e construídas (Vitrúvio, 2019, p. 7-9).

Essa mudança de foco muitas vezes resultou em cidades que priorizavam volumes e padrões reguladores em detrimento do bem-estar dos cidadãos e da qualidade dos espaços públicos. A crescente ênfase na circulação de carros, impulsionada pela ascensão desse meio de transporte como uma "grande invenção" da época, levou a uma redução dos espaços destinados às pessoas e à marginalização do uso desses espaços para atividades comunitárias e interação social.

O resultado é a configuração de cidades que, em muitos casos, apresentam uma segregação espacial e uma predominância do tráfego de veículos em detrimento do pedestre, impactando negativamente a qualidade de vida urbana. O planejamento urbano contemporâneo tem buscado reintroduzir práticas que priorizem a criação de espaços públicos inclusivos, a promoção da mobilidade sustentável e o fortalecimento do tecido social nas cidades, dentre eles o urbanismo tático.

Figura 5 - Volumes e traçados reguladores



Fonte: Vitruvius (2019, p. 7-9)

Figura 6 - Setorização das cidades



Fonte: Vitruvius (2019, p. 7-9)

A denúncia desse modelo impositivo nas escolas de Arquitetura e Urbanismo, assim como da legislação afiliada ao poder dominante e refletida na ação das autoridades de desenvolvimento urbano aconteceu com maestria pela ativista Jane Jacobs na década de 1960, com a publicação da obra *Morte e Vida de Grandes Cidades* (Jacobs, 2011, p. 25), trazendo a importância do cidadão promover estratégia e táticas para a mudança deste padrão dominante e introduzindo atrações ao pedestres e reduzindo os espaços de locomoção para a promoção da caminhabilidade no território (Jacobs, 2011, p. 113).

Ao enfatizar a importância da caminhabilidade, da diversidade de usos do solo e da

promoção de espaços públicos que atraíam os pedestres, Jane Jacobs contribuiu para uma mudança de paradigma no pensamento urbanístico. Sua abordagem visionária inspirou gerações de arquitetos, urbanistas e ativistas a repensar a forma como as cidades eram planejadas e a considerar o papel fundamental dos cidadãos na definição do futuro das suas comunidades.

A influência de Jane Jacobs ainda é sentida hoje, à medida que as cidades buscam promover ambientes urbanos mais sustentáveis, acessíveis e centrados nas pessoas. A ênfase na vitalidade urbana, na diversidade social e na criação de espaços públicos acolhedores continua a orientar as práticas contemporâneas de planejamento urbano e arquitetura.

Não se despercebe que o modernismo adota o discurso da estética como um dos seus pilares, no entanto, ao se concentrar nos traçados reguladores e nas escalas das grandes invenções industriais, como o automóvel, o carro e o navio em detrimento da escala humana.

A ênfase nas grandes invenções industriais e na estética muitas vezes resultou em espaços urbanos que desconsideravam as necessidades e experiências das pessoas que os habitavam, impactando negativamente a caminhabilidade, a segurança e o uso dos espaços públicos.

Os elementos que orientam o urbanismo modernista tomam escalas que não dialogam com a dimensão humana em sua comensurabilidade, de modo que as quadras, as distâncias, os volumes urbanos inviabilizam ou dificultam a caminhabilidade, o abrigo humano e a reunião coletiva nos espaços urbanos.

É importante destacar a luta feminina pelo espaço em um mundo desenhado por homens, através de um desenho urbano que promova a segurança e encoraje o exercício e usufruto cívico feminino, ampliando a iluminação natural e o campo de visão nos espaços públicos e com a remoção de obstáculos urbanos (Kern, 2021, p. 206).

As mulheres historicamente enfrentaram desafios específicos em termos de segurança, acessibilidade e inclusão nos espaços urbanos. Portanto, promover um desenho urbano que leve em consideração as necessidades das mulheres é fundamental para criar cidades mais equitativas e acolhedoras para todos.

Nesse entendimento, David Harvey defende que o conceito de “liberdade” na cidade é mais do que o direito de acesso ao que está construído, é também o direito de mudar a cidade de acordo com o desejo e as necessidades coletivas de seus habitantes (Harvey, 2013, p. 47-48). O reverso disso é o “território fragmentado”, que, para a Prof. Nan Ellin, é feito do espaço urbano um ambiente de permanente conflito e insegurança pública (Ellin, 1997, p. 34).

É importante se ter em mente a expressão “direito à cidade”, cunhada pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre, que, num grande esforço de resumo, seria a criação de um espaço urbano onde todo cidadão tem seu acesso respeitado e garantida a distribuição de recursos e estruturas urbanas (Lefebvre, 2001, p. 113).

Lefebvre traz ainda o conceito de “produção do espaço”, referindo-se à mercadoria objeto de forças produtivas que priorizam o seu valor de troca e que reforçam as relações de dominação e as desigualdades (Lefebvre, 2000, p. 8). Portanto, o “direito à cidade” se concebe de forma irrestrita, salvaguardando os direitos civis e humanos, de modo que a lógica de “produção do espaço” na cidade esteja subordinada ao valor de uso e não ao valor de troca (Lefebvre, 2000, p. 8).

O urbanismo como técnica e como ideologia responde às demandas de sua época e “obriga a considerar não apenas a história da cidade e dos conhecimentos sobre a cidade como também a história da filosofia e da arte” (Lefebvre, 2000, p. 51).

Tão poderosa quanto o fogo, a arquitetura é a capacidade de dominar o peso e a pressão das estruturas e com isso o espírito humano em que a matéria faz morada. A arquitetura é capaz tanto de dominar ou libertar o espírito humano que habita suas estruturas, quanto de erguer templos divinos e, ao lado deles, palácios de poder exercido por alguns seres humanos sobre muitos outros.

Quando compreendida dentro do urbanismo, a estrutura urbana é capaz de construir muralhas e submeter todos aqueles espíritos humanos nela inseridos ao seu imaginário materializado ou, mesmo sem muralhas visíveis, é também capaz de definir o imaginário das cidades àqueles que nela habitam.

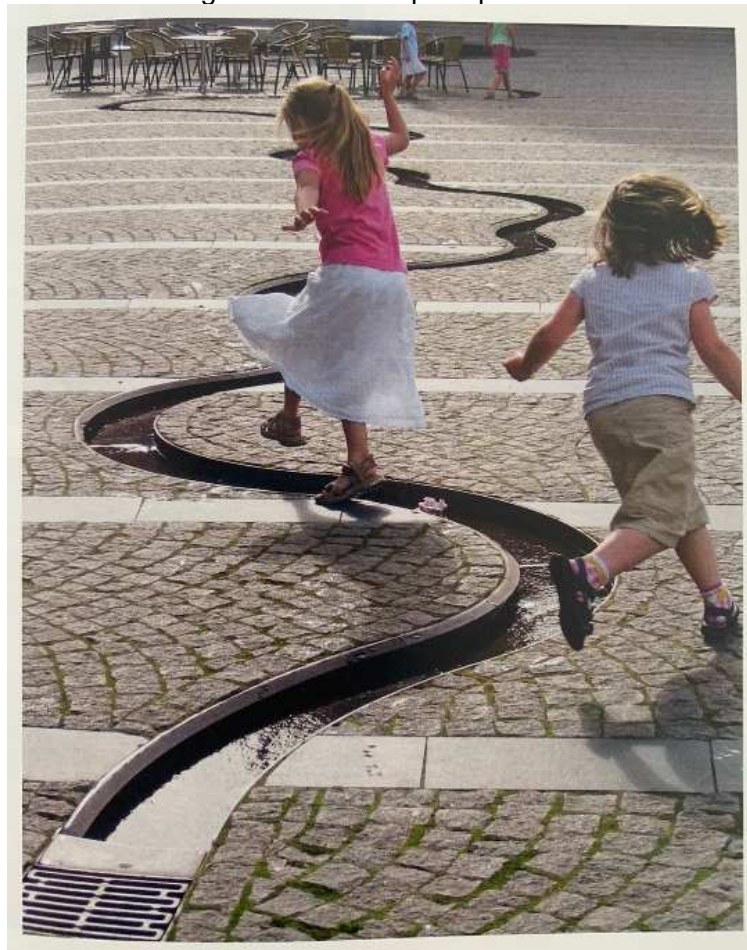
Se assim fosse, não caberia aos seres humanos libertarem seus espíritos desses grilhões imaginários e buscar a luz divina dentro da arte da estrutura. Se assim fosse, não seria a clareira da praça pública o seu ponto de partida?

O arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl tem um papel importante na melhoria da qualidade de vida nas cidades, destacando a dimensão humana, o desenvolvimento dos sentidos na percepção da cidade na escala humana ao nível dos olhos, na busca de uma cidade viva, segura, sustentável e saudável (Gehl, 2015).

A fim de atingir tal objetivo, ele trouxe um ferramental que inclui a transição do tráfego rápido para o lento, priorizando o pedestre e convidando o contato humano nos espaços públicos, com arborização e utilização de um mobiliário urbano com oportunidade para sentar-se e desenvolver atividades (Gehl, 2015, p. 234-239).

Para Gehl, era importante que os edifícios fossem arquitetados de forma a estimular os usos térreos e a dinâmica humana nas ruas e calçadas, com o alargamento de calçadas e cruzamento direto dos pedestres no nível da rua de forma a reunir e integrar as pessoas (Gehl, 2015, p. 240-244).

Figura 7 - Cidade para pessoas



Fonte: Gehl (2015, p. 240-244)

Na adaptação dos seus conceitos para o Brasil, é importante destacar não só a adaptação dos espaços à primeira infância e aos idosos, mas também sobretudo o rompimento com o preconceito e o racismo no urbanismo relacionado à população negra, impedida do direito do acesso à cidade. Se por um lado é necessário incorporar a luta feminina pelo espaço em um mundo desenhado por homens, como vimos, através de um desenho urbano que promova a segurança e encoraje o exercício e usufruto cívico feminino, ampliando a iluminação natural e o campo de visão nos espaços públicos e com a remoção de obstáculos urbanos – por outro lado, não se resolve através da readaptação do desenho urbano, mas sim enfrentando o racismo estrutural (Kern, 2021, p. 206).

A ampliação da iluminação natural, a remoção de obstáculos urbanos, o planejamento de espaços públicos que encorajem a interação social e o exercício cívico feminino são passos importantes na direção de uma cidade mais inclusiva e segura para todos os seus habitantes.

A transição do tráfego rápido para o lento, priorizando os pedestres, promove não apenas a segurança, como também a interação social e a vitalidade dos espaços públicos. O estímulo ao contato humano, a presença de áreas verdes e um mobiliário urbano convidativo contribuem para que as pessoas se apropriem desses espaços e os utilizem de maneira significativa.

É importante reconhecer que as questões relacionadas ao racismo no urbanismo estão intrinsecamente ligadas à luta por território e territorialidades e, ao incorporar os conceitos de planejamento urbano, de Jan Gehl para o Brasil, é crucial compreender como o racismo no urbanismo influencia a vivência das comunidades nos espaços urbanos, uma vez que as comunidades também enfrentam desafios específicos em relação ao acesso seguro e inclusivo aos espaços urbanos e à cidade.

No contexto urbano, o racismo no urbanismo se manifesta em disparidades no planejamento e na distribuição de recursos e espaços públicos. Muitas vezes, comunidades negras, por exemplo, são impactadas de forma desproporcional por questões como falta de áreas verdes e infraestrutura precária, dentre outras.

Isso inclui a necessidade de se criar ambientes que promovam o direito à cidade, oferecendo acesso equitativo a áreas verdes, promovendo a recuperação de espaços

degradados e garantindo que as vozes dessas comunidades sejam ouvidas no processo de tomada de decisões sobre o ambiente construído.

3 TODOS OS CAMINHOS NOS LEVAM AO BAIRRO DO COMÉRCIO: SERIAM ELES SUBTERRÂNEOS?

Quando analisamos o Bairro do Comércio e seu entorno imediato, é importante se ter em mente que na fundação da cidade do Salvador por Tomé de Sousa, em 1549, existia uma preocupação sobretudo com questões defensivas (Vasconcelos, 2002, p. 33), portanto, a cidade do Salvador é implantada em um sítio formado por colinas e uma falha geológica, escolhidas pelos fundadores da cidade para dificultar a mobilidade humana no território, sobretudo diante de um potencial ataque em relação à invasão portuguesa no território tupi.

Ao analisar o Bairro do Comércio e seu entorno imediato à luz desse contexto histórico, é possível compreender como essas características geográficas moldaram a forma como a área se desenvolveu e como as estratégias defensivas influenciaram a distribuição dos espaços urbanos.

Em meio a essa análise histórica, é importante considerar como tais dinâmicas impactaram não apenas a segurança física da cidade, mas também as relações sociais e o uso do espaço público ao longo do tempo.

Enquanto a toponímia tupi estabelecia uma coexistência entre a vivência do povo e o seu território, nomeando rios, montanhas e lugares de acordo com suas características naturais e conforme o convívio harmônico entre eles (Sampaio, 1901, p. 26), a cidade planejada em acrópole tem o claro propósito de colonização do território e de se estabelecer a sede administrativa como cúpula de dominação dos povos originários (Azevedo, 1949, p. 7).

A acrópole portuguesa estabelece uma barreira natural à caminhabilidade além dos limites imediatos do Centro Histórico e sobretudo na conexão entre a falha geológica que delimita a Cidade Alta e a Cidade Baixa, onde está o Bairro do Comércio, objeto central de análise deste estudo.

Essa dicotomia entre a toponímia tupi, baseada na harmonia e integração com a natureza, e as cidades planejadas em estilo acrópole, voltadas para a dominação e o controle, evidencia as diferentes visões de mundo e relações com o território que se

confrontaram durante o processo de colonização.

Ao considerar essas perspectivas históricas, torna-se fundamental refletir sobre como essas dinâmicas influenciaram a configuração urbana e as relações sociais ao longo do tempo, assim como os impactos contemporâneos desses processos na vida das comunidades locais.

Figura 8 - Cidade Alta e Cidade Baixa



Fonte: Salvador (2019, p. 32)

Nesse cenário, a cidade se desenvolveu inicialmente pelas cumeadas (Vasconcelos, 2002, p. 202-204), privilegiando as áreas mais nobres à classe dominante e destinando à grande maioria da população um território de difícil caminhabilidade em lajeiras e encostas.

Enquanto na acrópole estão situadas as esferas administrativas de gestão da cidade, o Bairro do Comércio se forma na porção mais baixa, com os fluxos de carga e descarga em trapiches pelo mar e os subsequentes aterros e a formação de vazios

urbanos que deram origem a uma paisagem urbana com equipamentos utilizados pela atividade portuária (Santos, 2008, p. 30-31).

Essa divisão física e funcional entre as áreas administrativas e as atividades comerciais e portuárias contribuiu para a dinâmica econômica da região e a sua configuração urbana.

Figura 9 - Cidade Baixa com trapiches



Fonte: Salvador (2019, p. 28)

Figura 10 - Cidade Baixa com aterro do portuário



Fonte: Bahia (2016, s. p.)

A partir de 1942, por meio do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – EPUCS, foram tomadas relevantes ações da mobilidade humana sobre o território

da cidade (Salvador, 2019, p. 40). No Bairro do Comércio, além dos sucessivos aterros, destaca-se a implantação de obras de mobilidade como a rede de ascensores urbanos, o Plano Inclinado, a Ladeira da Montanha e o Elevador Lacerda (Andrade Junior, 2012). Esses equipamentos são, até hoje, os principais vetores de ligação entre o Bairro do Comércio e a Cidade Alta.

Figura 11 - Mobilidade entre Cidade Alta e Cidade Baixa



Ladeira da Conceição, década de 1940.

Fonte Pinacoteca do Estado de São Paulo, Exposição Voltaire Fraga Abundante Cidade Dessemelhante Bahia - 11/01/2000

Fonte: Salvador (2019, p. 31)

Vale ressaltar que o conjunto arquitetônico e urbanístico do Centro Histórico de Salvador está contido na lista de patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e tombado como patrimônio nacional (Brasil; IPHAN, s. d.).

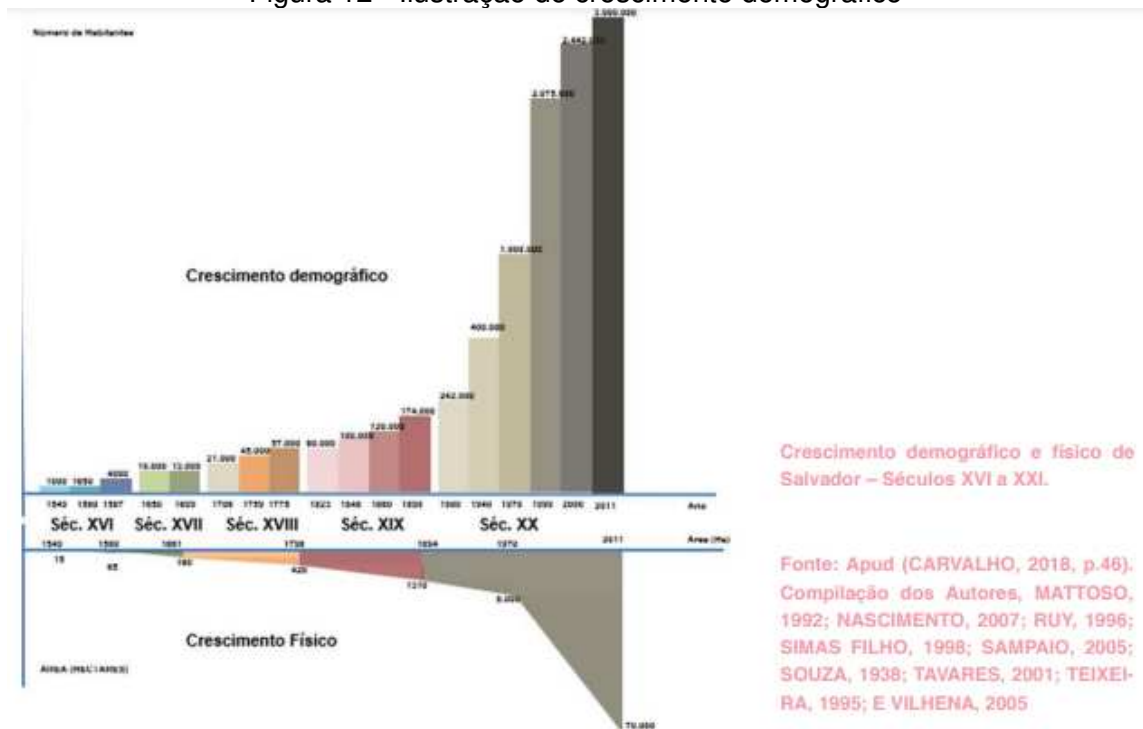
Dessa forma, quando se busca estudar táticas de urbanismo para o Bairro do Comércio e seu entorno imediato é essencial levar em consideração que a dimensão arquitetônica, paisagística e urbanística é um dos mais relevantes exemplares do urbanismo ultramarino português “implantado em acrópole, se distinguindo em dois planos: as funções administrativas e residenciais no alto e o porto e o comércio à beira-mar. Aliada a uma topografia singular” (Brasil; IPHAN, s. d., s. p.) exemplos de arquitetura e urbanismo que traduzem colonialidade do poder, e por isso, o questionamento

através do urbanismo tático é tão importante.

Ao se pensar no redesenho urbano do Bairro do Comércio se deve ter atenção à proteção paisagística, pois, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, “[...] a paisagem dessa área é formada basicamente por edifícios dos séculos XVI ao XIX, na qual se destacam os conjuntos monumentais da arquitetura religiosa, civil e militar” (Brasil; IPHAN, s. d., s. p.).

Com o crescimento demográfico e a incapacidade estatal de acompanhar a demanda de seus cidadãos, a cidade virou as costas para seu acervo arquitetônico histórico e se lançou para o que era concebido como progresso. Foi só no século XX que, em virtude da explosão demográfica, se formaram os bairros da Liberdade e do Nordeste de Amaralina, as palafitas de Alagados, assim como a ocupação do “Miolo” (Brasil; IPHAN, s. d., s. p.), área no interior da península (Santos, 2008, p. 53-55).

Figura 12 - Ilustração do crescimento demográfico



Fonte: Salvador (2019, p. 38)

O problema, vale frisar, está na postura de prevalência de alguns territórios que desampararam outros, sobretudo nos bairros mais pobres, e que, portanto, vai além da ação limitada poder público (Souza, 2008, p. 41).

Aliado ao limite e à prevalência de ação do poder público, grandes obras foram executadas no intuito de fomentar o espraiamento para além desse sítio urbano formado por colinas.

Surgem, a partir de 1970, as importantes avenidas de vale (Bonocô, Contorno, Suburbana, Magalhães Neto, Garibaldi, entre outras), bem como a Avenida Paralela, o novo Centro Administrativo, o loteamento Porto Seco Pirajá, o sistema *ferry boat*, o Shopping Center Iguatemi (Vasconcelos, 2002, p. 345-347), na lógica de se criarem ruas e espaços públicos reduzidos à circulação de carros, em desprestígio aos seres humanos.

Figura 13 - Desenvolvimento rodoviário de Salvador



Construção da Avenida Paralela. Fonte: *Jornal da Bahia – Os novos caminhos da Bahia - matéria publicada em 22-11-1970*



Avenida Paralela em 1970. Fonte: SCHEINOWITZ, A. S. O macroplanejamento da aglomeração de Salvador. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998, p.62.



Construção da Avenida Vale do Canela. Década de 1970. Detalhe.

Fonte: Salvador (2019, p. 41)

O movimento de espraiamento tanto levou ao declínio da centralidade do Bairro do Comércio e a um desafio de infraestrutura urbana, como levou a cidade a romper os seus limites até a conurbação da cidade de Salvador com os municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho (Souza, 208, p. 111).

A partir do relato dos professores Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Gilberto Corso Pereira (2014), é possível compreender o lançamento expressivo de empreendimentos imobiliários a partir de 2004, quase todos verticais, sobretudo na Pituba, na Orla e na Av. Paralela (Carvalho; Pereira, 2014, p. 63). Os empreendimentos agregam em grandes áreas diversos usos, incluindo *shopping centers*, hotéis, clubes, colégios (Carvalho; Pereira, 2014, p. 65), no conceito de bairro planejado.

A produção de novas centralidades em decorrência dos condomínios, o desprestígio da vida urbana e privilégio da rua para carros e as políticas públicas impositivas de espraiamento da cidade resultam no abandono do Bairro do Comércio e seu entorno imediato, onde se constatam imóveis vazios, subutilizados, em ruínas, ou mesmo com terrenos baldios.

Enquanto ocorre a acirrada disputa pelos territórios nas novas centralidades surgidas a partir das políticas públicas impositivas de espraiamento da cidade, o Bairro do Comércio e seu entorno imediato sofre com grande abandono, com imóveis vazios, subutilizados, em ruínas, e até mesmo com terrenos baldios.

Para buscar reverter ou conter esses reflexos, surgem políticas públicas como o Programa Revitalizar, instituído pela Lei nº 9.215/2017, que busca dar incentivo fiscal à restauração e à recuperação de imóveis na região.

Aliando a isso, uma série de secretarias tiveram seus endereços alterados para o Bairro do Comércio (Bahia de Valor, 2019), além de se inaugurarem equipamentos estruturantes (Salvador/Sedur, 2020), e, ainda, foi desenvolvido um plano de bairro com a identificação das necessidades estruturais para a região e chegou-se até a estruturar instrumentos financeiros, como um fundo imobiliário, para fomentar a ocupação da região (INSPER, 2021).

Figura 14 - Limites do Bairro do Comércio



Fonte: Salvador/Sedur (2017, p. 12)

O Bairro do Comércio tem sua delimitação definida em lei (Salvador/Sedur, 2017, p. 2), tendo como definição legal de bairro “[...] a unidade territorial com densidade histórica e relativa autonomia no contexto da cidade, que incorpora noções de identidade e pertencimento dos residentes e usuários [...]”, destacando, ainda, que seus moradores e usuários “[...] utilizam os mesmos equipamentos e serviços comunitários, mantêm relações de vizinhança e reconhecem seus limites pelo mesmo nome”.

Os limites instituídos pela legislação tomaram como base um estudo realizado pela Universidade Federal da Bahia (Veloso, 2017, s. p.), segundo o qual “os dados levantados podem demonstrar claramente a infraestrutura e desigualdades dos bairros, revelando características socioeconômicas de seus grupos populacionais...”, tendo a pesquisa se baseado no pertencimento e na construção coletiva dessa identidade territorial.

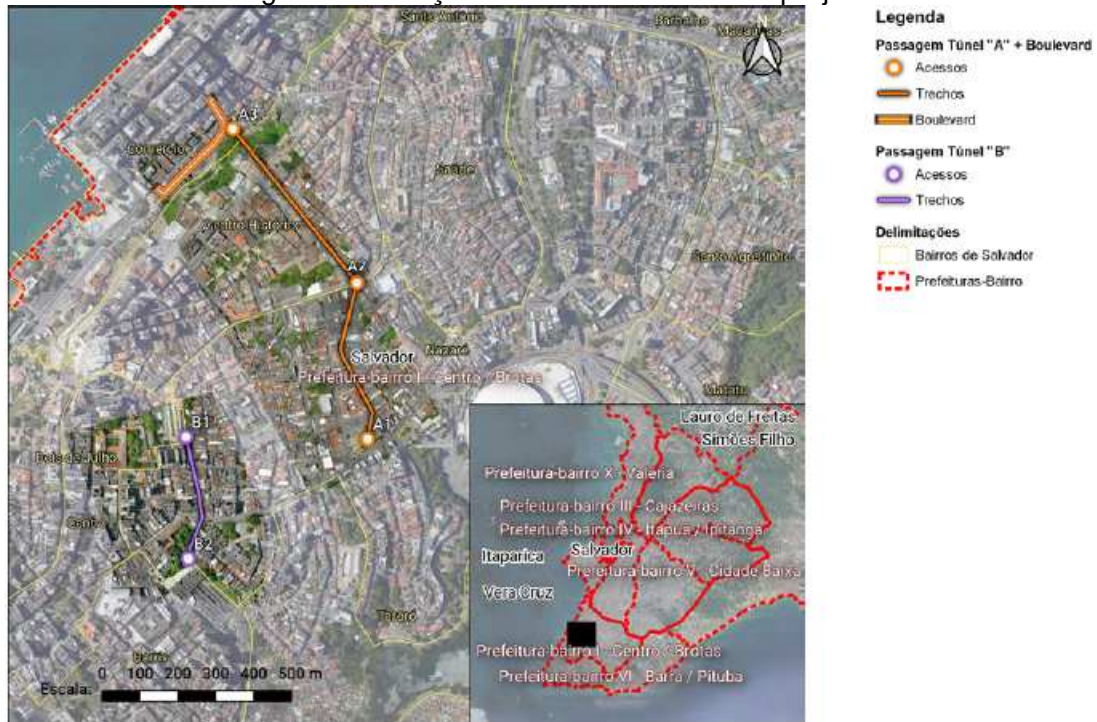
Além dos limites instituídos em lei, originados pela pesquisa acadêmica, é importante notar que os fluxos urbanos na Cidade do Salvador são pendulares entre as centralidades urbanas e os locais de moradia, o que revela uma estrutura espacial de base para deslocamentos cotidianos, notadamente com desprestígio às camadas mais pobres da população.

Por esse motivo, uma rede integrada de transporte de média e alta capacidade e a concentração de atividades no entorno das estações teriam potencial indutor de direito à cidade através da descentralização de atividades urbanas, à produção de espaço urbano dentro dos padrões compactos de uso do solo e de sustentabilidade (Delgado, 2016, p. 351-360).

Nessa perspectiva, no Bairro do Comércio, como maior eixo de convergência entre os modais, deveriam ser estimuladas práticas de urbanismo tático que possam melhorar a qualidade de vida urbana e de transformação dos espaços urbanos.

Na contramão das práticas recomendadas à sociedade civil, a Secretaria de Infraestrutura de Salvador anunciou, em março de 2023, que iria executar um túnel subterrâneo de 825 metros para promover a caminhabilidade de pedestres, ligando a região do Campo da Pólvora, em Nazaré, ao Taboão, no Bairro do Comércio (Tribuna da Bahia, 2023, s. p.).

Figura 15 - Traçado subterrâneo do túnel projetado



Fonte: Salvador/Seinfra; Sanehatem (2022, p. 7)

A obra subterrânea está orçada em R\$ 300 milhões, motivo pelo qual o projeto foi discutido por diversos setores da sociedade que acreditam que o recurso poderia ser melhor empregado na recuperação e no desenvolvimento da caminhabilidade ao nível da rua entre a região do Centro Histórico e do Bairro do Comércio (Bahia Econômica, 2023).

Figura 16 - Escala humana do trajeto subterrâneo



Fonte: Salvador/Seinfra; Sanehatem (2022, p. 9)

O túnel idealizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra) previu apenas uma pequena área de trânsito preferencial de pedestres na Rua

Guindaste dos Padres, a ser compartilhada com o tráfego local de veículos. O projeto conta com iluminação, arborização e mobiliário próprios idealizados pelos consultores, sem qualquer participação dos usuários ou participação ativa do cidadão (Salvador/Seinfra; Sanehatem, 2022, p. 9).

Figura 17 - Intervenções viárias na superfície



Fonte: Salvador/Seinfra; Sanehatem (2022, p. 17)

4 URBANISMO TÁTICO E A CAPACIDADE DE ATIVISMO DO CIDADÃO

Noções conceituais sobre urbanismo tático indicam o termo como

uma abordagem para a construção e ativação de uma vizinhança, utilizando intervenções e políticas de curto prazo e baixo custo que permitam a imediata recuperação, redesenho ou reprogramação do espaço público, visando verificações e futuras transformações (Fontes, 2021, p. 3).

O urbanismo tático, portanto, se insere dentro das possíveis ações para transformar as cidades, através de intervenções criativas de curto prazo e baixo custo com vistas à imediata reconfiguração do espaço público e fomento ao direito à cidade através de seu uso por uma série de atores, como empresas, ONGs, grupos de cidadãos e demais coletivos.

Não há um conceito consolidado e a sua compreensão pode transitar dentro das noções conceituais, sobretudo quanto ao grau de insurgência que marca essa abordagem, podendo ser essencialmente insurgente de base – em absoluta contraposição a qualquer lógica de poder e às políticas públicas que buscam impor um padrão urbano – ou mesmo admitindo um papel de participação estatal e de atores como empresas.

Ações insurgentes referem-se a atividades ou movimentos que desafiam ou se opõem de forma ativa a uma autoridade estabelecida, muitas vezes em busca de mudanças significativas, e podem assumir diversas formas, incluindo protestos, manifestações e outras formas de resistência.

O urbanismo tático pode ser visto como uma forma de ação insurgente em certos contextos, especialmente quando envolve a apropriação temporária e não autorizada de espaços urbanos para promover mudanças na forma como esses espaços são utilizados e percebidos. O urbanismo tático muitas vezes desafia as normas e regulamentos estabelecidos, buscando criar intervenções de curto prazo que demonstrem alternativas viáveis e desejáveis para o uso do espaço urbano.

É sob esse pensamento norteador crítico que analisaremos as ações práticas neste trabalho, buscando identificar a capacidade de ativismo do cidadão e as possibilidades

de captação dessas iniciativas, que podem ocorrer por empresas e pelo poder público.

O projeto urbano encontra necessariamente muitos desafios na sua aplicação prática, razão pela qual formas alternativas à produção do espaço urbano, que garantam o direito à cidade, vêm sendo estudados sobretudo quanto à sua metodologia e constituição do cidadão como sujeito político (Benedetti, 2020).

Essas intervenções podem incluir a criação de praças temporárias, instalação de mobiliário urbano improvisado, pinturas murais, jardins temporários, entre outras iniciativas que buscam transformar a experiência e a função dos espaços urbanos. O objetivo é estimular a reflexão sobre as potencialidades dos locais e influenciar mudanças mais permanentes na maneira como as cidades são planejadas e vivenciadas.

Ao desafiar as normas estabelecidas e promover intervenções diretas no espaço urbano, o urbanismo tático pode ser interpretado como uma forma de insurgência pacífica, à medida que busca gerar impacto social e político por meio da ocupação temporária e criativa dos espaços públicos.

Em alguns casos, as autoridades municipais e os órgãos governamentais adotam o urbanismo tático como uma estratégia para testar intervenções de baixo custo antes de implementar mudanças permanentes no ambiente urbano. Essa abordagem permite que o governo e a comunidade experimentem novas ideias, avaliem seu impacto e envolvam os cidadãos no processo de planejamento urbano.

A metodologia participativa entre o poder público e os cidadãos beneficiários diretos – ou que de alguma forma se relacionem com a cidade – vem sendo estudada como uma via de produção do espaço de forma a assegurar o direito à cidade (Benedetti, 2020, p. 139-141).

A promoção do urbanismo tático pelo governo pode envolver alocação de recursos, permissão para ocupação temporária de espaços públicos, apoio logístico e colaboração com grupos comunitários, artistas ou designers para implementar as intervenções. Essa abordagem colaborativa pode resultar em melhorias significativas no ambiente urbano, bem como em um maior senso de pertencimento e engajamento cívico por parte da comunidade.

Ao adotar o urbanismo tático, o governo irá compreender as necessidades e

aspirações da população em relação ao espaço urbano. Além disso, essa abordagem pode contribuir para a construção de cidades mais inclusivas, vibrantes e adaptáveis às mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas.

O urbanismo tático pode servir como um catalisador para orientar a aplicação de projetos urbanos mais amplos, promovendo uma abordagem participativa e colaborativa que valoriza as contribuições da comunidade na definição do futuro da cidade.

Interessa-nos, portanto, o urbanismo tático, que pode ser compreendido como uma modalidade de urbanismo insurgente, em que se adota uma estratégia experimental, com potencial crítico dessa concepção de urbanismo para se compreender a cidade e orientar a aplicação de projetos urbanos de execução participativa, a partir da experiência de seus usuários.

O urbanismo tático pode ser compreendido como uma modalidade de urbanismo insurgente, caracterizada por sua abordagem experimental e crítica em relação à concepção tradicional de planejamento urbano.

É importante se ter o conceito de apropriação do espaço urbano de Henri Lefebvre, segundo o qual a imaginação dos usuários modifica e se apropria do espaço vivido através de representações que se materializam por meio de imagens e símbolos (Lefebvre, 2000, p. 66).

Ao adotar uma estratégia experimental e participativa, o urbanismo tático oferece a oportunidade de compreender a cidade por meio da experiência direta de seus usuários e habitantes. Isso pode contribuir para a identificação de necessidades, desafios e potenciais soluções que refletem as aspirações e realidades locais.

Nessa modalidade, o desenho urbano não sai da prancheta de um idealizador direto para grandes obras que deverão ser assimiladas pelos usuários como o novo imaginário materializado daqueles que dominam as decisões da cidade.

Segundo as diretrizes participativas desse instrumento, o processo se inicia com o debate da definição da metodologia, que inclui visitas locais e oficinas de idealização das transformações e permanências do espaço público.

Nessa etapa, diversos instrumentos de participação são utilizados, com cada grupo construindo o seu processo. Neles são utilizados elementos e símbolos que traduzem

de maneira intuitiva noções de urbanismo como *ordenação urbana, disposição dos elementos urbanos, euritmia e dinâmica dos caminhos da cidade, decoro de mobiliários e arte urbana*.

São inúmeras as táticas urbanas, como o fechamento de ruas para carros, a fim de aumentar os espaços a pedestres, ou ainda a criação de praças, muitas vezes se apropriando de terrenos baldios com a utilização de mobiliário urbano, ou mesmo o redesenho viário que busca equilibrar a relação entre automóvel, mobilidade ativa e fruição do pedestre, por meio de espaços residuais e demarcação de áreas.

A instalação de *parklets* faz parte das táticas que reduzem o privilégio do automóvel e cria espaços de fruição ao pedestre, enquanto o plantio de hortas promove um sentimento de pertencimento àquele que semeia e colhe a sua produção, dentre outras táticas (Fontes, 2021, p. 13).

As táticas vão depender da situação preexistente e as possíveis soluções encontradas pela comunidade e os usuários através das orientações e do suporte técnico social conferido aos participantes, bem como da tipologia do local a ser transformado.

Uma situação de diagnóstico preexistente pode envolver uma série de problemas de tráfego, acidentes viários e outras consequências em razão da prioridade urbana aos automóveis, ou ainda a identificação de espaços com restrições de uso, escassez de áreas verdes, dentre outras questões de fruição dos espaços urbanos.

As diferentes tipologias urbanas também serão definidoras para as táticas envolvidas, conforme as possibilidades e limitações estruturais do local, que envolvem o acesso a recursos naturais, segurança e conflitos locais.

Figura 18 - Táticas urbanas

Categorias de análise

Situação preexistente



Problemas de tráfego



Acidentes viários



Prioridade dos automóveis



Espaço subutilizado



Escassez de área verde

Objetivos



Segurança viária



Reorganização do tráfego



Pedestralização



Espaços de permanência ou produtivos



Ocupação de espaços ociosos



Melhoria da qualidade do ar

Tipos de espaço



Interseção viária



Área residual



Vaga para veículos



Lote vazio



Caixa de rua



Praça

Fonte: Fontes (2021, p. 13)

Em algumas experiências na fase de experimentação, utilizam-se tintas, caqueiros de plantas e elementos de baixo custo que vão dando materialidade ao imaginário coletivo projetado.

Em um segundo momento, inicia-se a fase de experimentação, na qual tintas, caqueiros de plantas e elementos de baixo custo vão dando materialidade ao imaginário coletivo projetado (Fontes, 2021, p. 13-22).

Essa metodologia com suporte técnico social é essencial para a aproximação das noções conceituais do instrumento do direito à cidade – quanto maior o grau em que os especialistas, universitários, acadêmicos ou profissionais da área se utilizem ferramentas que estimulem a participação dos usuários –, tornando a metodologia mais próxima ao conceito de direito à cidade à medida que inclui o maior número de cidadãos, quaisquer que sejam as suas vulnerabilidades sociais, como analfabetismo ou situação de rua.

É então que se dá início à fase experimental dos usuários, que pode tomá-la como base para questionários, observação etnográfica e outras dimensões interativas. Somente após um período experimental e de coleta de contribuições é que se parte para intervenções mais definitivas.

4.1 AS FASES DO URBANISMO TÁTICO E SEU OBJETIVO

O urbanismo tático tem suas fases a partir de ações de curto prazo até uma mudança definitiva (Bazzu; Talu, 2017). Portanto, uma ação urbana rápida, barata e fácil pode se tornar um experimento para a construção de um suporte local, uma transformação mais permanente (Hartley *et al.*, 2014).

Embora as ações de urbanismo tático tenham a potencialidade de serem replicadas em muitas situações, a sua dimensão é essencialmente limitadora de sua ação, portanto, não se pode conceber uma única ação de urbanismo tático para toda uma cidade ou para grandes extensões territoriais (sendo 10 mil metros quadrados um indicativo de limitação a sua ação de superfície) (Fontes, 2021, p. 32). Da mesma forma, uma ação de longo prazo é contraditória com a sua natureza.

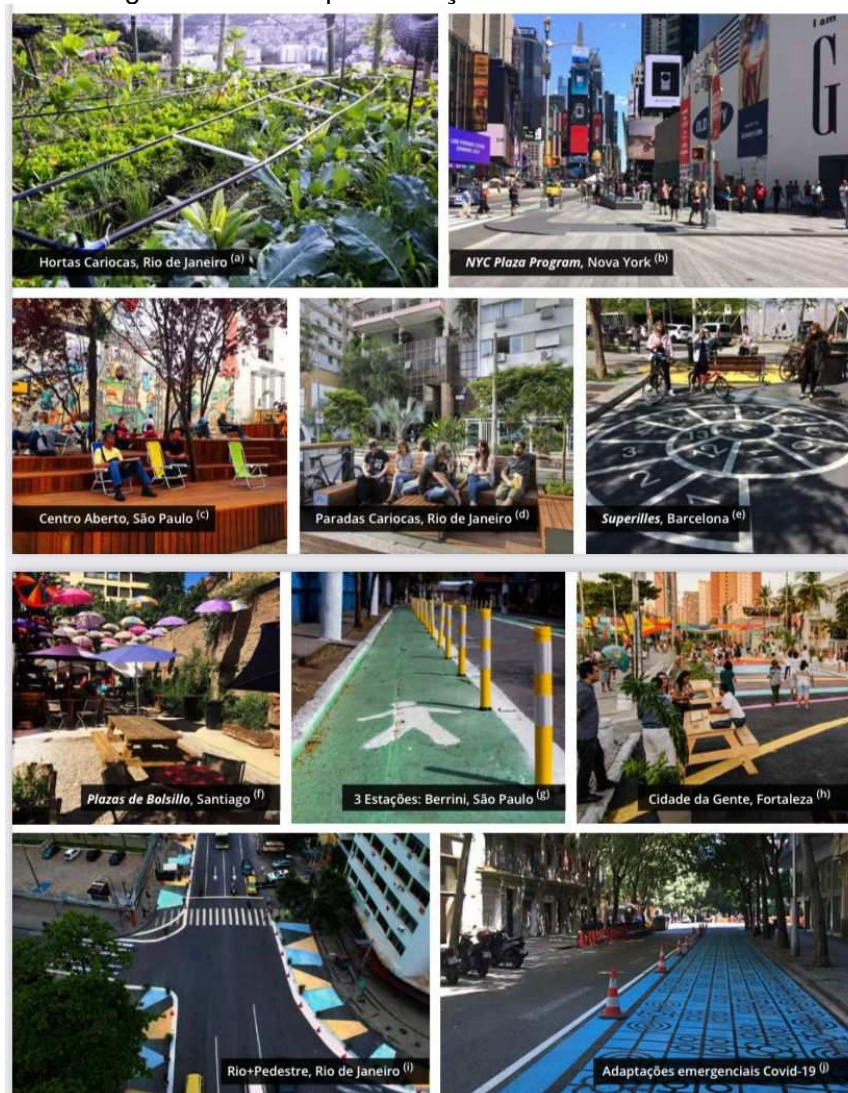
As ações se dividem em fases preparatória, efêmera, temporária e permanente como forma de experimentação pelos usuários das reconfigurações propostas através de fechamento de ruas para carros, com criação de hortas urbanas, espaços de convivência e praças experimentais, bem como o redesenho viário, com instalação de *parklets* e criação de ciclovias, dentre outras medidas (Fontes, 2021, p. 22-29).

A ação tática seria a arte do cidadão comum, enquanto o planejamento estratégico

poderia ser compreendido como a arte de comandar do poder dominante (Fontes, 2021, p. 27).

Entre as artes estruturais do redesenho urbano de curto prazo e baixo custo, se destaca ainda a utilização de arte pública através de intervenções artísticas que busquem valorizar o espaço público (Fontes, 2021, p. 44).

Figura 19 - Exemplos de ações de urbanismo tático



Fonte: Fontes (2021, p. 44)

É possível tomar como referência as experiências de urbanismo tático já existentes, como na cidade do Rio de Janeiro por meio do Laboratório de Intervenções Temporárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Labit - UFRJ) (Bloomberg Associates, 2019), através da participação dos usuários e utilização de materiais de baixo custo e em um curto prazo.

Em que pese sua proximidade com outras frentes insurgentes, como a arte urbana (Labit, s. d.), o *placemaking* e outras tantas modalidades de produção urbana não hegemônicas, o urbanismo tático tem uma metodologia muito própria na produção do espaço coletivo.

Ele pode ser ou não associada de outras frentes insurgentes, assim como pode vir a se tornar uma política pública de gestão democrática das cidades. O urbanismo tático, nessa perspectiva, se constitui um recurso instrumental a favor daqueles que tensionam a produção da cidade diante do que está estabelecido. Não se devem confundir, no entanto, a captura de frentes insurgentes pelo poder público e a fração do capital com a política pública de gestão democrática das cidades.

É importante denunciar que a captura tem como finalidade a manutenção do poder decisório dos governantes e o enfraquecimento de organizações populares, uma vez que avoca o poder decisório, imita e não empodera os usuários no exercício espontâneo das decisões sobre o desígnio da cidade. Trata-se nesse caso de um jogo de ilusões.

Não se pretende o engessamento do que seja o urbanismo tático ou mesmo a universalização de um conceito. A busca consiste em revelar as noções que dão sustentação a essa frente insurgente de aplicação faseada e participativa do resenho urbano e analisar a sua capacidade de assegurar o direito à cidade através não somente do usufruto da cidade pelos usuários, mas também da participação na e decisão sobre a sua configuração urbana.

O urbanismo tático se insere nessas medidas insurgentes de retomada das ruas: uma arte urbana, uma música, uma mesinha de café e as pessoas já se sentem convidadas a participar desse encontro coletivo.

Por meio desse encontro coletivo e da participação comunitária em intervenções inicialmente efêmeras ou temporárias, de baixo custo, podem-se fomentar projetos de transformações definitivas (Lydon; *The Street Plans*, 2020).

Essas intervenções, se construídas de maneira participativa entre seus diversos usuários e em linha com a dimensão humana dentro do pensamento de cidade para pessoas, pode, a um só turno, atender às dimensões de produção de espaço na visão do pedestre, quanto ao direito à cidade do cidadão nos desígnios da conformação

urbana.

O urbanismo tático, portanto, é a intervenção que acontece como um experimento para futura transformação urbanística. Como experimento, busca testar e medir seus impactos a partir de seus usuários em um processo empírico.

Figura 20 - Fases preparatória e efêmera do urbanismo tático



Fonte: Fontes (2021, p. 13)

É possível adotar o faseamento, tomando como ponto de partida uma preparação para um momento mais efêmero, seguindo para ações temporárias até eventualmente transformar-se em um projeto de aplicação permanente, que pode ocorrer com a

autorização, parceria ou promoção conjunta pelo poder público (Fontes, 2021, p. 14-17). É sobretudo, portanto, uma metodologia de execução participativa do projeto urbano.

Na fase preparatória, tem-se o primeiro diagnóstico da situação, através da escuta ativa da sociedade, com líderes comunitários, técnicos e acadêmicos que podem orientar os anseios sociais e ilustrar as situações de desconforto, revelando aos poucos situações não compreendidas anteriormente e que, por exemplo, dificilmente seriam traduzidas por um popular em uma demanda direta ou audiência junto ao poder público da maneira como pode ser percebida através do apoio técnico social do urbanismo tático.

Na fase efêmera, tem-se uma maior experiência de campo, em que muitas vezes são percebidas dinâmicas urbanas não identificadas na fase preparatória, já que nem sempre há o engajamento total de todos os passantes e usuários e porque o relato e o diagnóstico têm sempre a ação mais limitada do que a experimentação.

A fase efêmera, *pop up*, como são nomeados nos exemplos estrangeiros, podem se dar em um mesmo espaço por diferentes públicos e em dias distintos como maneira experimental a uma maior aceitação pela comunidade.

As fases temporária e permanente do urbanismo tático são percebidas por um maior universo de usuários e passantes.

A fase temporária revela dados, estatísticas e observações mais maduras do que a fase efêmera, uma vez que ultrapassa um final de semana ou um dia de semana escolhido inicialmente e toma um maior grau de experimentação.

Ela costuma durar até meses e pode ter a substituição de táticas durante o seu curso, conforme a colheita dos resultados.

A fase permanente é aquela que tem a pretensão de maior duração, ainda que a dinâmica das cidades promova constantes transformações no território. Ela se caracteriza sobretudo pela utilização de materiais de maior durabilidade e um maior investimento.

Vivemos a constante utopia experimental, nas palavras de Henri Lefebvre, “a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender” (Lefebvre, 2001, p. 110).

Figura 21 - Fases temporária e permanente do urbanismo tático



Fonte: Fontes (2021, p. 13)

É importante se ter em mente a relação entre o tempo, o espaço e a fluidez e a dinâmica constante que marca os espaços de representação, de modo que as experiências vividas e os simbolismos materializados da cidade estão sujeitos (Lefebvre, 2000, p. 70-71).

A princípio, uma experiência bem-sucedida de urbanismo tático geraria intervenções urbanas duradouras em atenção ao desejo de seus cidadãos e como resultado do seu

processo participativo decisório.

Sobre essa questão, Henri Lefebvre (2001, p. 110) nos indica: “Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços ‘bem-sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa”.

4.2 RUA – ROTEIRO URBANO DE ARTE DE SALVADOR

Na linha das expressões de arte urbana presentes no Bairro do Comércio e de seu entorno imediato, a municipalidade promoveu um roteiro urbano de arte na região, com a instalação de áreas públicas cobertas, elementos esculturais (RUA, 2021), assim como gerenciou recursos para o movimento urbano de arte livre através das instalações de murais nesse bairro sobre o qual se debruça este estudo.

O Projeto Roteiro Urbano de Arte (RUA) se apresenta como uma homenagem aos artistas, em razão da sua contribuição histórica para a iconografia da cidade e para a revelação de novos talentos, selecionando sete novos e prestando as homenagens a outros sete (RUA, 2021).

Figura 22 - Cobertura com a instalação “lágrimas” de vidro em fios de *nylon*



Fonte: RUA (2021, s. p.)

Talvez um dos mais procurados e conhecidos locais de Salvador seja o seu Centro Histórico. Passear pelas ruas enlameadas do Pelourinho conhecendo cada centímetro deste local cultural e ancestral está na rota de prioridades dos passeios de visitantes e moradores. Mas, você que curte contemplar a vista lá de cima do Elevador Lacerda, da Praça da Cruz Caída ou do Terraço da Casa do Carnaval, além de olhar as belezas da *Baía* de Todos os Santos, já se perguntou o que tem para fazer lá embaixo, no Comércio? Pois a gente te responde: muitas coisas! (RUA, 2021, s. p.).

A narrativa escolhida pelo Poder Público assume o ponto de vista do pedestre, sobretudo o olhar turístico daquele que observa a Cidade Baixa a partir do Centro Histórico (sobretudo da vista aérea do trecho entre o monumento e equipamento de mobilidade vertical do Elevador Lacerda, Praça da Cruz Caída e do Terraço da Casa do Carnaval, onde há também o Plano Inclinado Gonçalves), trazendo um convite a este turista, seja ele visitante ou morador da cidade, para descobrir elementos artísticos que promoveriam o embelezamento do Bairro do Comércio, como espaço residual daquele que conheceu cada centímetro da acrópole imperial.

Figura 23 - Escultura “Maternos”, instalada na Rua da Grécia



Fonte: RUA (2021, s. p.)

O Comércio foi o primeiro bairro de negócios organizado do país e teve protagonismo absoluto nesse segmento até a década de 1960. Hoje, depois de passar por um processo de modernização e requalificação através de melhorias de infraestrutura, mobilidade, valorização do

patrimônio público, equipamentos estruturantes, além de ações culturais e eventos, o bairro vem se transformando (RUA, 2021, s. p.).

Na sequência, a municipalidade apresenta o Bairro do Comércio como uma área que perdeu o seu protagonismo desde a década de 1960, quando tinha o uso predominante de comércio e serviços, e que sofreu abandono suficiente, demandando ações de melhorias em infraestrutura, equipamentos estruturantes, mobilidade e restauração do acervo histórico, destacando ações efêmeras de cultura e festividades para a promoção dessa transformação desejada.

Figura 24 - Elemento escultural na Rua Francisco Gonçalves



Fonte: RUA (2021, s. p.)

Então, imagine um passeio a pé por este bairro que é uma síntese de Salvador: uma mistura de modernidade, história e patrimônio. Mercado Modelo, Terminal Turístico e Igreja da Conceição da Praia são pontos turísticos famosos por lá e, recentemente, foi lançada uma verdadeira galeria a céu aberto, disponível para quem deseja apreciar obras de arte fora de tours tradicionais. Ruas e praças do bairro estão

ganhando obras de artes das mais diversas linguagens, que ficarão permanentemente no local (RUA, 2021, s. p.).

A proposta do poder público é que o turista possa refletir sobre a oportunidade de um passeio alternativo, complementar ao Centro Histórico, voltado ao turista mais aventureiro, que admite andar pelas ruas e praças fora de um roteiro tradicional, sobretudo no trecho imediato ao Elevador Lacerda, entre a Igreja da Conceição da Praia, Mercado Modelo e Terminal Turístico, admitindo a existência de um incentivo à caminhabilidade pelo território através de obras de artes.

As artes plásticas aplicadas a este ambiente urbano foram determinadas pela municipalidade, mais precisamente pela Fundação Gregório de Mattos, no que se refere tanto a sua ideação, aplicação de materiais, quanto aos locais que foram selecionados e, sobre a análise, se estes dialogam, ou não, com o entorno. Não há, portanto, a participação comunitária no processo.

O destinatário-alvo das ações também não é o usuário do cotidiano do Bairro do Comércio, mas um turista que admita a aventura de descer até a Cidade Baixa.

Nesse sentido de convite ao turista do Centro Histórico para visitar um trecho do Bairro do Comércio, vem o mural em serpente no Plano Inclinado Gonçalves, em homenagem ao artista argentino Carybé, que busca embelezar o equipamento de mobilidade vertical com elementos da iconografia baiana. Para essa ideia concebida pelo poder público, foi escolhido o artista Bel Borba (RUA, 2021).

Figura 25 - Painel colorido nas paredes do equipamento de mobilidade vertical

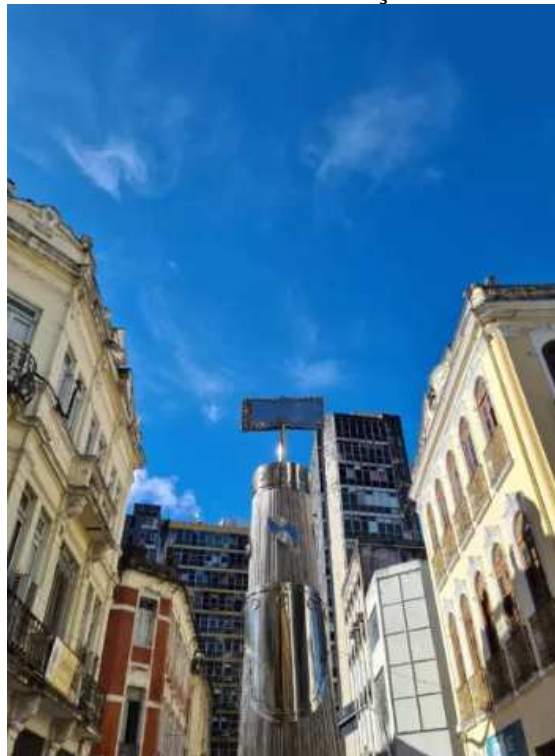


Fonte: Portal Turismo Total (2021, s. p.)

O trabalho artístico teve a curadoria de Daniel Rangel, que diz o seguinte: “A identificação dos soteropolitanos com o trabalho do artista se deve aos belos diálogos que realiza em locais específicos com referência à cultura local” (Portal Turismo Total, 2021, s. p.).

Não há, portanto, qualquer trabalho participativo com a comunidade, os moradores e os usuários do cotidiano do Bairro de Comércio. O diálogo se dá exclusivamente através da busca pela identidade através da iconografia.

Figura 26 - Elemento escultural em frente ao Plano Inclinado Gonçalves



Portal Turismo Total (2021, s. p.)

Na sequência, na saída do Plano Inclinado Gonçalves na Cidade Baixa, se têm uma homenagem ao Mestre Didi, do artista Ayrson Heráclito, com referência à cultura afro-brasileira.

A sensação de suspensão e elevação provocada pela escala da obra se relaciona formalmente com os eguns, entidades com as quais o Mestre Didi se relacionava, como o seu Xaxará de Obaluaiyê (seu juntó) e o Oxé colocado na ‘cabeça’ da escultura, que alude diretamente a Xangô, que era seu orixá regente (RUA, 2021, s. p.).

O artista Ray Viana, em homenagem a Mario Cravo Júnior, segue o roteiro selecionado e executado pelo poder público com um elemento escultural poucos metros à frente do anterior (RUA, 2021).

Entre uma obra de arte plástica e outra desse roteiro urbano, foram determinados alguns murais e grafite do projeto Museu de Street Art de Salvador (MUSAS) (RUA, 2021).

Figura 27 – Ação espontânea de grafite promovida pelo grupo MUSAS



Fonte: MUSAS (s. d., s. p.)

O projeto MUSAS é um coletivo de artistas que tem origem espontânea e já habitava as ruas da Cidade Baixa. Partindo de oficinas que geram a participação de moradores, o MUSAS se aproxima das fases iniciais do urbanismo tático. Embora não tenha uma alteração significativa no desenho urbano, reflete a subjetividade de seus múltiplos atores, inserindo através dos murais outra ambiência urbana, capturada pelo poder público dentro do roteiro do projeto RUA (MUSAS, s. d.).

O Projeto RUA – Roteiro Urbano de Arte não pode ser compreendido como um resultado da utilização do instrumento do urbanismo tático, uma vez que não se trata de um ativismo do cidadão em iniciativa comunitária para a construção e ativação de uma vizinhança.

As intervenções promovidas pelo projeto analisado podem até ter capturado ações de curto prazo e baixo custo a partir de expressões de arte urbana presentes no Bairro do Comércio, com a pretensão de um embelezamento de um trecho específico para a visita mais aventureira de um turista.

Fica evidente, portanto, de que as ações não buscam adotar táticas imediatas para recuperação, redesenho ou reprogramação do espaço público tendo como atores os usuários do cotidiano daquele território, nem sequer tem um olhar para verificações em fases temporária e futuras transformações mais permanentes” (Fontes, 2021, p. 13).

Embora o urbanismo tático busque transformar as cidades através de intervenções criativas de curto prazo e baixo custo, estas se justificam como uma tática ativista do cidadão como insurgência contra a ausência de grandes investimentos e com vistas à imediata reconfiguração do espaço público e fomento ao direito à cidade.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar, na contemporaneidade, o conceito teórico do urbanismo tático e direito à cidade, além dos movimentos ativistas na produção de espaços públicos no Bairro do Comércio e seu entorno imediato.

Ainda que inexista um conceito consolidado sobre urbanismo tático e a sua compreensão admita um maior ou menor grau de insurgência nessa abordagem (portanto, um papel de participação estatal), a estratégia do poder público de captar ações espontâneas insurgentes para fomentar o turismo em um pequeno trecho nas imediações dos equipamentos de mobilidade vertical que ligam a Cidade Baixa ao Centro Histórico de Salvador não guarda harmonia alguma com as noções conceituais em relação ao instrumento e quem os confunde age em absoluta ilusão.

Diante dos objetivos específicos de compreender as noções conceituais sobre o urbanismo tático e também de direito à cidade, onde a imaginação dos usuários do cotidiano modifica e se apropria do espaço vivido, não há absoluta identidade com as noções conceituais também de direito à cidade no tocante ao usufruto e à participação no processo decisório.

As representações que se materializam por meio de imagens e símbolos, ainda que guardem identidade com a iconografia do território, são utilizadas exclusivamente por domínio do poder público e visando à utilização daquele espaço urbano por turistas.

Não se quer aqui discutir a importância ou não do turismo para o Bairro do Comércio e seu entorno imediato. A proposta deste trabalho se lança apenas na análise e identificação da capacidade de ativismo do cidadão e as possibilidades de captação dessas iniciativas, que podem ocorrer por empresas e pelo poder público para, então, compreender se existem ou não práticas do urbanismo tático nos movimentos ativistas no Bairro do Comércio e seu entorno imediato.

No caso específico do projeto Rua, fica diagnosticada a captação pelo poder público de ações de baixo custo e curto prazo a partir de ações espontâneas já existentes com o objetivo exclusivo de fomento do turismo local.

4.3 MURAL – MOVIMENTO URBANO DE ARTE LIVRE

O Movimento Urbano de Arte Livre (MURAL) se apresenta como um projeto idealizado pela produtora cultural e jornalista Vanessa Vieira, por meio da Trevo Produções (MURAL, 2021).

A sua realização, que tem a sua ideação pela referida produtora cultural e jornalista, apresenta o Poder Público ao lado da produtora como responsável pela sua execução, contando ainda com artistas como Eder Muniz, Nila Carneiro, Davi Caramelo, Rebeca Silva, Fábio Rocha, o Limpo; Fael Primeiro; Devarnier Hembadom, Pedro Marighella e Marcos Costa (MURAL, 2021).

Figura 28 - Mural instalado na Avenida da França



Fonte: MURAL (2021, s. p.)

O objetivo vai além da promoção e divulgação da arte contemporânea, urbana, visibilidade aos artistas e busca oferecer à população a ampliação do acesso à arte, ocupando a cidade com mais cor e criatividade (MURAL, 2021, s. p.).

A curadoria e, por conseguinte, a seleção, a aplicação de materiais e a experimentação do desenho final se deram por conta da referida produtora e da mestra em artes visuais Luciana Accioly, em sua primeira edição, e pelo artista e doutor em Artes Visuais Zé de Rocha (MURAL, 2021).

O projeto tem por objetivo ampliar o oferecimento do acesso à arte para a população, através de uma curadoria privada na seleção dos trabalhos a serem divulgados, portanto, não atende aos requisitos e às fases do urbanismo tático, através da construção comunitária e faseada de um desenho urbano ao território.

Trata-se de uma atividade empresária, de iniciativa privada, que foi contemplada pelo edital Arte em Toda a Parte – Ano III, em sua primeira edição, e, em sua segunda edição, pelo Prêmio Anselmo Serrat de Linguagens Artísticas, promovido pela municipalidade por meio da Fundação Gregório de Mattos (MURAL, 2021).

A atividade empresária contou, por meio da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, com recursos oriundos da Secretaria Especial da Cultura, Ministério do Turismo, do Governo Federal (MURAL, 2021).

Figura 29 - Intervenção pelo projeto MURAL



Fonte: MURAL (2021, s. p.)

As obras, realizadas em diversas técnicas (pintura, grafite, estêncil, desenho etc.) têm linguagens em um hibridismo muito próprio da arte urbana contemporânea, e ressignificam as fachadas e paredões dos prédios antigos da capital (MURAL, 2021, s. p.)

Na primeira edição foram realizados 10 murais, enquanto que na segunda edição foram executados outros 4 murais que se somaram aos primeiros (Muniz, 2021). Ao todo, os murais, que se utilizam de diversas técnicas visuais, buscam ressignificar a violência com o pedestre que promovem as empenas cegas dos edifícios sucateados.

Os edifícios situados entre a Avenida Estados Unidos e a Avenida da França, fruto do aterro portuário, seguem a arquitetura modernista e ostentam concreto e dimensões não humanas em conjunto com as instalações do Porto de Salvador.

Esse volume urbano é circundado de calçadas estreitas, um tráfego ruidoso e violento de carros com pontos isolados de sombra nas praças, em um clima tropical que varia entre o muito sol ou a chuva intensa.

Embora a empresa se apresente com objetivo na “concepção, elaboração, produção e gestão de projetos que contribuem para a democratização da cultura e o fortalecimento da economia criativa” (Muniz, 2021), não se pode concluir pela dimensão mais ampla do direito à cidade do ponto de vista do processo participativo do cidadão na

construção dos símbolos e imagens de representação ao território.

Não se discute aqui que a escolha de símbolos que guardam relação com as religiões de matriz africana, corpos negros e pardos ilustrados nas empenas não guardem relação com a população baiana. O que se questiona é o processo participativo e decisório que não envolve diretamente os usuários do cotidiano do Bairro do Comércio.

Aliando a isso, ainda que o projeto se mostre como o primeiro projeto de arte vertical da capital baiana, em 2016, alguns dos artistas selecionados já imprimiam sua arte em murais da cidade de Salvador, como é o exemplo do artista Eder Muniz e de outros artistas que estão com suas obras catalogadas na publicação que ele coordenou denominado Ruas Salvador: liberdade clandestina (Muniz, 2021). “A arte de rua, especialmente quando desautorizada, é muito efêmera; Não se sabe quanto tempo vai durar em um muro da cidade. Quem faz pixação e grafitti tem noção dessa efemeridade” (Muniz, 2021, p. 12).

Não são poucos os símbolos e as imagens que surgem e se apagam pelo Bairro do Comércio a cada instante. Alguns envolvem cordas, escaladas e outras atividades de risco de uma intervenção sem autorização.

O projeto MURAL talvez seja o primeiro de iniciativa privada e financiado pelo poder público, apesar de ações espontâneas e insurgentes de arte fazerem parte do cotidiano do Bairro do Comércio.

Figura 30 – Instalação do artista Eder Muniz no projeto MURAL



Fonte: Muniz, (2021, p. 12)

As obras refletem temas que transitaram por aspectos diversos da cultura baiana, políticos, religiosos e sociais, e contribuem diretamente para a revitalização do Centro Histórico da cidade, na região portuária de Salvador (Muniz, 2021, p. 12).

As proporções dos murais verticais capturados pela iniciativa privada são de grandes dimensões (entre 10m e 35m de altura), portanto, sendo maiores do que aqueles espontâneos constantes da catalogação realizada pelo Ruas Salvador (MURAL, 2021).

Embora não se questione neste trabalho o fato de que os trabalhos artísticos “contribuem diretamente para a revitalização do Centro Histórico da cidade, na região portuária de Salvador” (MURAL, 2021, s. p.), essa iniciativa não pode ser considerada como um projeto urbano nos moldes da construção coletiva do urbanismo tático.

As intervenções capturaram projetos de curto prazo e baixo custo, a partir de ações espontâneas existentes, com a pretensão de trazer retorno financeiro aos seus promotores através de intervenções artísticas em uma área de visibilidade turística e sob o incentivo do poder público ao seu embelezamento no intuito de maquiar na relação de pertencimento com aquele território.

Não se adotam como atores os usuários do cotidiano daquele território, como também não há adoção do faseamento proposto pelo urbanismo tático para se promover táticas urbanas temporárias para a sua verificação e transformações de longo prazo.

Diante do objetivo geral norteador de analisar, na contemporaneidade, os movimentos ativistas na produção de espaços públicos no Bairro do Comércio e seu entorno imediato, a partir das noções conceituais do urbanismo tático e direito à cidade, é possível concluir que a iniciativa privada do projeto MURAL não se adéqua à compreensão mais insurgente da metodologia do urbanismo tático, bem como não se aproxima da dimensão mais ampla e participativa do direito à cidade.

Quando se capturam ações espontâneas insurgentes (como é o caso do grafite) e se atribui o poder decisório a uma curadoria de iniciativa privada e avaliação por edital público para o financiamento, a decisão não é do usuário, do cidadão comum, pois não há tática de reconfiguração do espaço por ele, nem fomento ao direito à cidade na dimensão decisória participativa.

Na proposta deste trabalho quanto à capacidade de ativismo do cidadão, é fácil concluir que não existe a prática do urbanismo tático no projeto MURAL e que este se insere na captação de iniciativas insurgente por empresas e pelo poder público.

A partir das palavras de Henri Lefebvre (2001, p. 116), compreende-se que, “necessária como a ciência, não suficiente, a arte traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição”.

A ação insurgente do grafite denuncia, portanto, a escala desumana dos paredões da arquitetura modernista, de edifícios com salas comerciais ociosas, os imóveis abandonados ou ocupados por população invisibilizada, enquanto a iniciativa analisada tem objetivo diverso e capta a ação insurgente como instrumento ao seu propósito de embelezamento.

Não há, para além das intervenções visuais, táticas como a transição do tráfego rápido para o lento, que prioriza o pedestre e convida o contato humano nos espaços públicos, razão pela qual, mesmo abaixo de um mural reconhecidamente belo, o cidadão pode se sentir inseguro e vulnerável.

Nada impede que medidas que destaquem a dimensão humana possam ser tomadas e articuladas em conjunto com as intervenções visuais analisadas, como a arborização, a utilização de um mobiliário urbano experimental para a compreensão do desejo dos usuários.

Por outro lado, a ação de captura pode eventualmente iludir ou desestimular ações insurgentes na melhoria da qualidade de vida nas cidades à medida que podem ser maquiadas para um olhar mais desatento sobre a percepção do território, ao passo em que não exercitam as ações comunitárias.

O objetivo de se ter uma cidade no nível dos olhos, mais viva, segura, sustentável e saudável, passa pela experiência de reunir e integrar as pessoas na sua relação de pertencimento ao território e não apenas agradar aos olhos que observam à distância ou apenas de passagem rápida.

Para isso, é importante que táticas que estimulem a adaptação dos espaços à primeira infância, aos idosos e que atendam à luta feminina pelos espaços urbanos e que promovam a segurança e encoraje o exercício e o usufruto cívico, com suporte técnico social às vulnerabilidades, a exemplo do analfabetismo ou da situação de rua.

O projeto MURAL não se insere nesse propósito mais amplo do direito à cidade e não segue a metodologia do urbanismo tático.

4.4 PROJETO ORLA

O Projeto Orla se apresenta como uma iniciativa do poder público, com o objetivo de aperfeiçoar o ordenamento do espaço litorâneo (Salvador; Secult, 2022a).

Esse projeto ocorre através de uma metodologia faseada, a começar, pelo diagnóstico preliminar executado pelo poder público (sinalizada como a etapa mais importante) e

possui escala litorânea, por toda a cidade de Salvador, tendo dentre os trechos de orla, o Bairro do Comércio (Salvador; Secult, 2022a).

Figura 31 – Identificação da Cidade Baixa no Projeto Orla



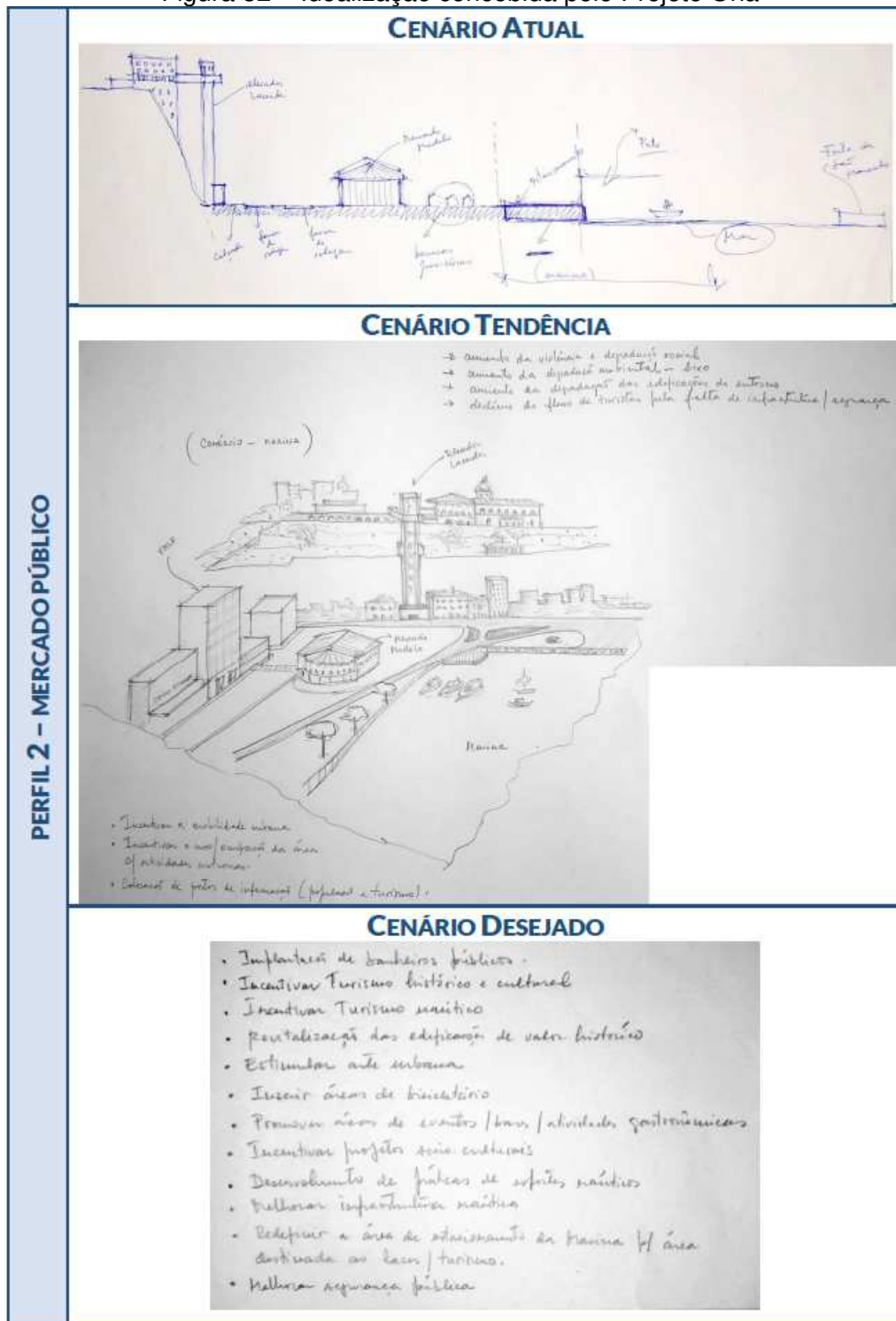
Fonte: Salvador; Secult (2022b, p. 26)

O Diagnóstico Preliminar é uma das etapas mais importantes para o desenvolvimento do Plano de Gestão Integrada (PGI), servindo como base técnica e conceitual para a tomada de decisão por parte dos atores envolvidos (Salvador; Secult, 2022a, s. p.).

Para a realização do diagnóstico, foram realizadas algumas oficinas de participação popular e eleitos a critério das autoridades municipais, alguns representantes setoriais e acadêmicos, em que se estabeleceu um cenário atual, um cenário tendência e o que é desejado pelos representantes (Salvador; Secult, 2022c).

Nessa fase de diagnóstico, não há coincidência com a fase preparatória do urbanismo tático, nela alguns representantes eleitos pelo Poder Público trazem contribuições ao planejamento de ações e diretrizes ao projeto a ser executado pela municipalidade.

Figura 32 – Idealização concebida pelo Projeto Orla



Fonte: Formulário Office [off-line], s. d., s. p.

Os representantes verificaram uma tendência de aumento da violência e degradação social, ambiental e das edificações do entorno e um conseqüente declínio no fluxo de turistas, enquanto desejaram a implantação de banheiros públicos, o incentivo ao turismo histórico, cultural e náutico com a revitalização das edificações de valor histórico

e o estímulo à arte urbana.

Desejaram, ainda, áreas de bicicletário, de eventos, bares e atividades gastronômicas, com o desenvolvimento de projetos socioculturais, infraestrutura e práticas de esportes náuticos e a redefinição da área de estacionamento da marina para a área destinada ao lazer e turismo, além da melhoria da segurança pública (Formulário Office [off-line], s. d.).

O modelo participativo adotado pela municipalidade não se adéqua à metodologia do urbanismo tático, o desenho urbano não sai da prancheta de um idealizador direto para grandes obras.

É por meio destas ações que o poder público local poderá adotar as ações tendo como base a integração destas aos Planos Plurianuais da Prefeitura de Salvador – PPP, bem como de acordo com as Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA (Salvador; Secult, 2022a, s. p.).

No modelo adotado – apresentado como participativo –, as intervenções deverão ser assimiladas pelos usuários do cotidiano do Bairro do Comércio como um novo imaginário materializado daqueles que dominam as decisões da cidade.

Se tivesse sido adotada a metodologia participativa do urbanismo tático, para além das questões idealizadas, seria possível que os usuários do cotidiano pudessem identificar outras demandas, como – por hipótese – a promoção de políticas sociais aos funcionários públicos das secretarias realocadas na região, a demanda de pretensos ou atuais moradores, sobretudo com a intenção da municipalidade em estimular a habitação no local (News Ba, 2021), ou ainda relacionada à população em situação de rua.

Do mesmo modo, ainda de maneira hipotética, seria possível que essa metodologia do urbanismo tático demonstrasse que, além de atividades festivas e equipamentos para visitantes, exista a demanda de feiras livres para a alimentação de usuários moradores ou mesmo mercados, padaria, farmácia e outras demandas que se relacionam mais com o cotidiano de moradores ou potenciais moradores. Inclusive essa hipótese de falha nas demandas idealizadas pelo Projeto Orla foi levantada pela própria municipalidade na execução do plano de bairro para a região (News Ba, 2021).

O Projeto Orla tem como foco o turista e o visitante, do que propriamente a uma

relação de pertencimento com o território do Bairro do Comércio.

A própria metodologia participativa utilizada tomou como base a opinião pessoas que não necessariamente se relacionam com o cotidiano do Bairro do Comércio e o resultado idealizado pelo coletivo em contribuição às ações de domínio da municipalidade apontam a uma relação mais efêmera com o território.

Para além da participação com o levantamento de novas demandas, a metodologia do urbanismo tático ainda contribui para a definição da ordenação, disposição, eurritmia, comensurabilidade, decoro e distribuição urbanística dos mobiliários urbanos e demais elementos do ferramental a ser utilizado nas intervenções (Fontes, 2021, p. 27-29).

Através da metodologia do urbanismo tático, não apenas são idealizadas contribuições por usuários mais próximos ao território, em um modelo que busca dar suporte técnico social para um cidadão comum de forma que possa sugerir táticas urbanísticas complexas, por meio de imagens e símbolos didáticos e intuitivos, como também essas táticas são experimentadas na sua materialização ao território.

Não se afasta a hipótese de que a implantação de banheiros públicos possa ser interessante, como supôs o coletivo eleito pelo Poder Público, mas a disposição de onde eles devem se alocar não foi experimentada pelo usuário.

Da mesma forma, bicicletário e a arte urbana podem ser equipamentos e intervenções possíveis, como também foi sugerido pelo grupo eleito para participar e contribuir no Projeto Orla, embora não se tenha qualquer experimento prático sobre a sua disposição, seu decoro e sua distribuição pelo território.

A cidade para pessoas pressupõe ações ativistas e a participação do cidadão nos processos que configuram os espaços urbanos. Todas essas falhas no modelo participativo afastam o cidadão comum do pertencimento ao território e comprometem as idealizações levantadas no processo.

Com o propósito maior – objetivo geral deste trabalho – de analisar, na contemporaneidade, o conceito teórico do urbanismo tático e direito à cidade, além dos movimentos ativistas na produção de espaços públicos no Bairro do Comércio e seu entorno imediato, a conclusão é de que o Projeto Orla não guarda proximidade com essas noções conceituais e não pode ser visto sequer como um movimento ativista.

Em relação aos objetivos específicos de compreender as noções conceituais sobre o urbanismo tático e de direito à cidade e, então, compreender se existem, ou não, práticas do urbanismo tático nos movimentos ativistas no Bairro do Comércio e seu entorno imediato, o Projeto Orla se afasta totalmente dessa hipótese.

Dessa forma, o Projeto Orla se revela um projeto de requalificação na linha de planejamento de cima para baixo, porque, apesar das oficinas e participação de representantes da sociedade civil, a configuração final a ser dada é impositiva pelo município, não sendo, portanto, uma hipótese de urbanismo tático com a participação e decisão pelos usuários, assim como não guarda proximidade com as noções conceituais de direito à cidade na sua dimensão mais participativa.

4.5 QUE LADEIRA É ESSA?

Figura 33 - Mural comunitário em diálogo com o cotidiano



Fonte: C& América Latina (s.d., s. p.)

Fortalecendo o protagonismo da comunidade da Ladeira da Preguiça, para fomentar à proteção e a permanência dos moradores neste território do Centro Antigo de Salvador (C& América Latina, s.d., s. p.).

O Centro Cultural Que Ladeira É Essa? se apresenta como uma ação comunitária antirracista em uma ação insurgente contra despejos, expulsão e outras violências urbanas, em contraposição ao urbanismo hegemônico (Centro Cultural Que Ladeira É Essa?, s. d.). Movimentos espontâneos incrementam com arte a região da Ladeira da Preguiça (C& América Latina, s. d.).

Projetos como “Banho de Mar à Fantasia”, “Beber Até Levantar”, “Defesa Quilombola”, “LABladeira”, “Samba de Ladeira”, “Onda Cultural” e “Re(tintas)” compõem o rol de ações insurgentes que não se encerram nesses exemplos (Centro Cultural Que Ladeira É Essa?, s. d.).

Figura 34 – Roda de conversa comunitária



Fonte: Centro Cultural Que Ladeira É Essa? (s. d., s. p.)

A importância de debater a segurança pública em nossa capital é grande. O modo como ela atravessa a vida das nossas comunidades, a conversa sobre o tema torna obrigatória o tecido social urbano em todos os setores sociais (C& América Latina, s. d., s. p.).

O Que Ladeira É Essa? aborda temas do cotidiano urbano, que, embora não seguindo a metodologia do urbanismo tático, estão alinhados a noções conceituais mais amplas

de direito à cidade.

O centro cultural promove a constituição do cidadão como sujeito político e estimula seu ativismo de maneiras que, sem a pretensão de buscar intervenções urbanísticas permanentes, se alinha com o direito à cidade, sem seguir as noções conceituais do urbanismo tático.

Figura 35 - Ação comunitária de valorização do ambiente urbano



Fonte: Centro Cultural Que Ladeira É Essa? (s. d., s. p.)

Coloca no centro da discussão que o planejamento urbano das cidades deve se preocupar com a inclusão social e bem-estar de todos os habitantes, assim como ilustrado originalmente por Henri Lefebvre (Centro Cultural Que Ladeira É Essa?, s. d., s. p.).

O projeto Re(tintas), promovido pelo centro cultural comunitário, busca a transformação do espaço urbano por meio de ações de inclusão e combate a “discriminações e preconceitos naturalizados e normalizados contra os grupos marginalizados, ora por motivos étnicos, ora de gênero, ora por classe” (Centro Cultural Que Ladeira É Essa? (s. d., s. p.).

As medidas adotam táticas de pintura de escadarias, guias do calçamento e a utilização de mobiliários urbanos como bancos e caqueiros ao longo do arruamento.

O Re(tintas) é sem dúvidas uma ação cívica, ativista e insurgente ao modelo de urbanismo hegemônico e excludente, que não se restringe às intervenções urbanísticas e tem uma dimensão inclusiva relevante.

Figura 36 – Ação comunitária de *placemaking*



Fonte: Centro Cultural Que Ladeira É Essa? (s. d., s. p.)

Participaram dessa construção organizações da sociedade civil com experiência na luta contra os atos de violência urbana, especialistas com conhecimentos técnicos, (em direito, urbanismo, antropologia etc.), assim como porta-vozes institucionais, que foram interpelados pela comunidade (Centro Cultural Que Ladeira É Essa?, s. d., s. p.).

Trata-se de exemplos claros de ações insurgentes e, no caso do “Re(tintas)” assume as características do urbanismo tático nas dimensões de discussão comunitária, planejamento urbano, inclusão social e o bem-estar dos usuários, havendo sobretudo um novo olhar ao território através das cores que nele são aplicadas.

O projeto Re(tintas) é um verdadeiro manifesto de como o urbanismo tático pode ser uma ferramenta poderosa para transformar e revitalizar espaços urbanos, uma vez que o projeto não só embelezou visualmente a região, mas também trouxe à tona questões fundamentais sobre a participação cidadã na construção e renovação dos espaços urbanos.

O urbanismo tático certamente não é o único ou mesmo o principal instrumento no processo decisório participativo das cidades. É importante destacar que esses espaços insurgentes desafiam e trazem novas expressões coletivas ao espaço urbano, em uma verdadeira ação política insurgente.

A utilização da arte visual como meio de transformação urbana não apenas estimulou a criatividade e expressão artística, como também reforçou o senso de pertencimento e orgulho na comunidade local.

As pinturas vibrantes e significativas se tornaram um testemunho vivo da capacidade das intervenções temporárias de impactar positivamente a percepção e vivência do espaço urbano.

Trata-se, portanto, de uma ação de urbanismo tático, em uma ação urbana insurgente que promove transformação pelo cidadão das estruturas hegemônicas a partir de elementos de baixo custo e grande impacto.

Como as noções conceituais estão em construção, é possível conceber o projeto Re(tintas) como uma ação de urbanismo tático (como *placemaking*), através da técnica de ressignificar lugares por meio da revitalização e fortalecimento das conexões entre as pessoas (Lia Alarcón *et al.*, 2022).

O projeto Re(tintas) pode ser interpretado não só como uma prática do direito à cidade, à medida que promoveu a apropriação positiva do espaço público pelos moradores locais, mas também, ao transformar as fachadas das casas em telas de expressão artística, o projeto reafirmou a importância da participação ativa dos cidadãos na configuração e renovação dos ambientes urbanos.

Essa abordagem colaborativa e inclusiva fortaleceu os laços sociais e estimulou um sentimento de coletividade em relação ao espaço compartilhado.

O projeto Re(tintas) abriu caminho para reflexões mais profundas sobre a democratização do espaço urbano e a importância da expressão cultural na construção de cidades mais inclusivas e acolhedoras.

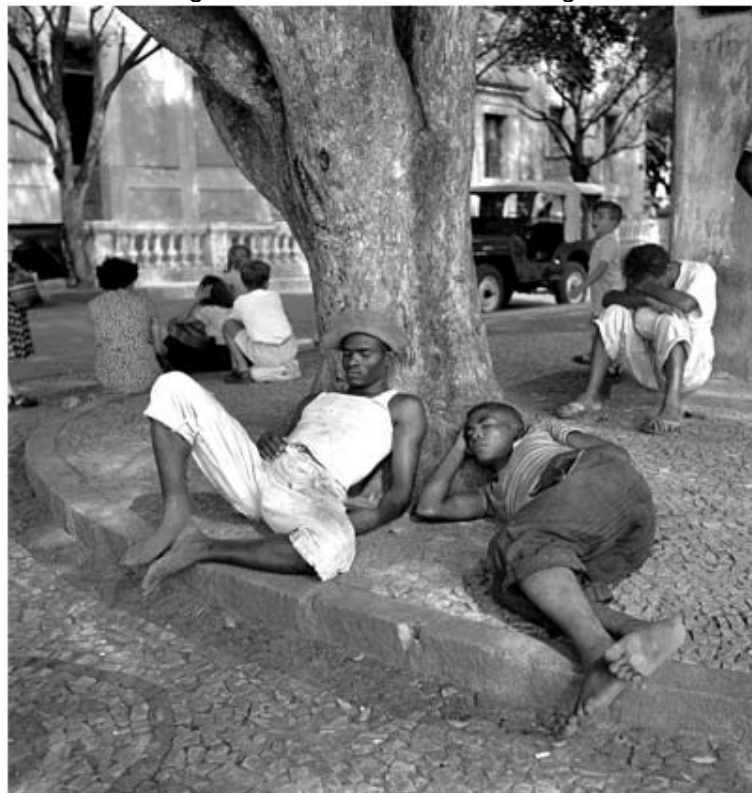
Sua abordagem criativa e participativa exemplifica como intervenções urbanas podem ser utilizadas para promover um ambiente mais vibrante, expressivo e significativo para seus habitantes.

Projetos como o Re(tintas) demonstram como a criatividade, a colaboração e a participação cidadã podem ser fundamentais para transformar positivamente os espaços urbanos, promovendo um ambiente mais inclusivo, expressivo e dinâmico. Eles inspiram outras comunidades a considerar abordagens semelhantes para revitalizar e fortalecer seus próprios ambientes urbanos.

4.6 OUTRAS AÇÕES ESPONTÂNEAS

Apropriações espontâneas de espaços urbanos no Bairro do Comércio acontecem desde tempos imemoriáveis, como as que foram belamente retratadas pelo fotógrafo Pierre Verger dos trabalhadores do cais em momento de descanso em toda e qualquer parte do espaço público da Cidade Baixa (Menezes, 2012).

Figura 37 – Foto de Pierre Verger



Fonte: Menezes (2012, s. p.)

Movimentos atuais espontâneos ocorrem diariamente a exemplo das festas locais de largo ou das ocupações de ambulantes no Bairro do Comércio.

Figura 38 - Lavagem do Bomfim



Fonte: Pinotti (2023, s. p.)

É cultural da cidade, por exemplo, os carrinhos de café tunados em forma de minitríio elétrico. Essa manifestação espontânea gera sempre um convívio social nos espaços públicos, muitas vezes acompanhados de movimentos insurgentes.

O projeto Salvador Vai de Cafezinho – Programa de Mobilização Social na Perspectiva da Salvaguarda dos Carrinhos de Café premiou carrinhos com base em curadoria estabelecida pelo Município (G1 Bahia, 2023).

Figura 39 – Salvador Vai de Cafezinho



G1 Bahia (2023, s. p.)

Nesse mesmo sentido, há os tabuleiros e as baianas de acarajé que historicamente reúnem pessoas no seu entorno e povoam as ruas e largos da cidade, tendo por vezes

ação coordenada pela Associação Nacional das Baianas de Acarajé, a exemplo do projeto Axé com Dendê, que reuniu baianas em evento festivo em pontos turísticos da cidade, como no Mercado Modelo, no Bairro do Comércio (BNews, 2023).

Figura 40 - Axé com Dendê



Fonte: BNews (2023, s. p.)

Essas ações espontâneas, por vezes, podem ser insurgentes ao poder hegemônico, mas não se configuram como uma ação de urbanismo tático porque não atendem aos requisitos de ideação, faseamento e construção comunitária de um desenho urbano.

É importante destacar que, apesar de não se configurar como uma ação de urbanismo tático, essas ações são de grande relevância. No caso das baianas de acarajé, transcende à dimensão urbanística, uma vez que estamos tratando de um patrimônio cultural imaterial, inscrito no livro dos saberes desde 2005, além de se tratar de uma prática tradicional da identidade baiana (Brasil; IPHAN, s. d.).

Ademais, todas elas de alguma forma se ligam ao de direito à cidade em relação ao usufruto dos recursos urbanos e, em determinadas ações, podem se aproximar da dimensão mais ampla de participação nas decisões da cidade.

Na síntese de Henri Lefebvre (2001, p. 128): “A cidade foi um espaço ocupado ao

mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das noções conceituais que envolvem o urbanismo tático e o direito à cidade, este trabalho analisou, na contemporaneidade, os movimentos ativistas na produção de espaços públicos no Bairro do Comércio e seu entorno imediato a que tive acesso: Roteiro Urbano de Arte de Salvador (RUA); Movimento Urbano de Arte Livre (MURAL); Projeto Orla; e Que Ladeira É Essa?.

No caso específico do Projeto RUA, ficou diagnosticada a captação pelo poder público de ações de baixo custo e curto prazo, a partir de ações espontâneas já existentes, com o objetivo exclusivo de fomento do turismo local, o que não se quer aqui discutir dessa importância ao Bairro do Comércio e seu entorno imediato.

Ainda que inexista um conceito consolidado sobre urbanismo tático (portanto, admitindo um papel de participação estatal), as ações estudadas não guardam harmonia alguma com as noções conceituais em relação ao instrumento do urbanismo tático, senão na dimensão ilusória.

Em relação ao projeto MURAL, foi possível concluir que a iniciativa privada desse projeto não se adequa à compreensão mais insurgente da metodologia do urbanismo tático, como também não se aproxima da dimensão mais ampla e participativa do direito à cidade.

Nesta análise, observou-se a captura de ações espontâneas insurgentes (como é o caso do grafite) sem qualquer tática de reconfiguração do espaço urbano, nem fomento ao direito à cidade na dimensão decisória participativa.

A importância da sobrevivência do artista e do embelezamento urbano não foi objeto da análise, enquanto a captação da ação insurgente de denúncia do grafite de uma escala desumana da arquitetura modernista do Bairro do Comércio, com edifícios com salas comerciais ociosas, imóveis abandonados ou ocupados por população invisibilizada, quando captada para o mero embelezamento pode falsear e iludir o cidadão comum mais desatento para uma verdadeira armadilha urbana, diante dos perigos e intempéries urbanas que são maquiadas.

O Projeto Orla se revelou distante das noções conceituais estudadas e não pode ser

visto sequer como um movimento ativista, sendo este um projeto de requalificação na linha de planejamento de cima para baixo, com configuração final imposta pelo município.

O Projeto Re(tintas), promovido pelo centro cultural Que Ladeira É Essa?, adota táticas de pintura urbana, utilização de mobiliários urbanos, sem se restringir a intervenções urbanas e com uma dimensão inclusiva relevante.

O projeto Re(tintas) é um excelente exemplo de como a prática do urbanismo tático pode ser utilizada de forma criativa e inclusiva para revitalizar espaços urbanos e promover o direito à cidade.

Ao envolver a comunidade local na transformação das fachadas das casas, escadarias e muros ao longo da ladeira por meio da arte, o projeto demonstrou como intervenções de baixo custo e de curto prazo podem ter um alto impacto no ambiente urbano.

O urbanismo tático, caracterizado por intervenções temporárias e de baixo custo nos espaços urbanos, encontra absoluta expressão no projeto Re(tintas) por meio da utilização da arte visual como meio de ativação da beleza e do convite ao uso coletivo urbano.

As pinturas vibrantes e criativas não apenas transformaram visualmente a paisagem urbana, mas também estimularam não só o turismo cultural na área, como o uso do morador e do usuário do cotidiano, atraindo vida urbano e laços sociais.

O projeto Re(tintas) se revela ainda como uma prática do direito à cidade, uma vez que não só contribuiu para a criação de um ambiente mais atrativo, inclusivo e expressivo para os moradores locais, como também à participação na decisão do desenho urbano.

Ao revitalizar as fachadas das casas e os muros com arte, o projeto promoveu um senso de pertencimento e orgulho na comunidade, fortalecendo a identidade cultural da região e proporcionando aos residentes um espaço urbano mais agradável e acolhedor. Essa iniciativa também exemplifica como práticas como o Re(tintas) podem impulsionar a economia local, ao atrair visitantes, estimular o comércio e fortalecer os laços comunitários.

A participação ativa dos moradores e artistas locais na concepção e execução do projeto também demonstra a importância da inclusão e participação cidadã na formação

dos espaços urbanos, aspecto essencial do direito à cidade.

O projeto Re(tintas) evidência como o urbanismo tático pode ser aplicado para transformar positivamente os espaços urbanos, promovendo um ambiente mais inclusivo, expressivo e dinâmico. Ao utilizar a arte visual como ferramenta de renovação urbana, o projeto não apenas embelezou a região, mas também fortaleceu os laços comunitários e promoveu uma compreensão mais ampla do direito à cidade como um espaço coletivo que pode ser moldado por seus habitantes.

Além de um breve panorama pela história do Bairro do Comércio, com a caracterização do seu sítio e aterros que o formaram para a compreensão dos desafios que o cercam, dentre outros elementos relevantes a sua configuração urbana, buscou-se a distinção das ações festivas que o urbanismo tático promove de outras ações espontâneas e festivas que ocorrem naquele território.

Ao final, foi possível concluir que talvez a utilização do urbanismo tático possa contribuir e se somar a outros esforços ativistas para o senso de pertencimento no Bairro do Comércio, na construção de uma configuração urbana que leve em consideração não apenas turistas e visitantes, mas que gere um laço social e um poder decisório aos usuários de seu cotidiano, com a adequada assistência técnica social para a construção coletiva do direito à cidade na sua dimensão mais participativa e diante de questões urbanas complexas.

As cidades são muito mais do que um empilhamento de moradias e escritórios, um emaranhado de viadutos e o movimento pendular, casa - trabalho, trabalho - casa.

O isolamento social é algo contrário a própria essência das cidades e ao desejo humano. Reatar as interações sociais, priorizar o olhar das cidades pela escala humana, a partir das calçadas, das distâncias percorridas a pé ou de bicicleta. É necessário construir novos caminhos para diminuir as distâncias, incentivar os usos mistos, o acesso aos recursos naturais e promover a proteção das vulnerabilidades. Muitas vezes a partir de elementos simples, até de baixo custo, como sinalização, demarcação de pisos e ocupação de espaços ociosos, se estabelece um urbanismo tático.

Com essa tática de urbanismo se avalia o impacto na comunidade, sua aceitação e melhorias, para então partir para um cenário de implantação de um desenho urbano já experimentado ao território. Os seres humanos mais do que buzinas, viadutos e

fumaça se adaptam melhor à música, café e praça.

Medidas como o fechamento de ruas para carros, fachadas ativas, mobiliário urbano, hortas urbanas, arte urbana e de programação cultural, dão vida e estabelecem o verdadeiro direito à cidade. O direito não só de usufruir da cidade, mas também de participar das suas decisões.

Tudo isso a partir de audiência da comunidade, oficinas para que se possa compreender a real necessidade do cidadão; sempre através de ferramentas participativas e de ações que estimulem a experiência humana. As cidades se justificam na interação e união humana, um lugar de estabelecimento de laços sociais, de produção de histórias e de pertencimento ao território

No estudo de caso do Bairro do Comércio e seu entorno imediato, em Salvador, é possível perceber uma série de medidas insurgentes e outras que se apropriam das participações através de representações sociais, capturada pelo Poder Público e por fração capital, sendo o urbanismo tático um importante – não único ou principal – instrumento metodológico participativo de direito à cidade no processo participativo decisório da execução de projeto urbano capaz de refrear as ações na contramão do desejo dos usuários e da sociedade por uma vida urbana mais ativa e pulsante no coração da cidade soteropolitana.

REFERÊNCIAS

A TARDE Justiça declara inconstitucionais Louos e PDDU de Salvador. **A Tarde**, 14/10/2013, s. p. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1540877-justica-declara-inconstitucionais-louos-e-pddu-de-salvador>. Acesso em: 1º fev. 2024.

ALARCÓN, Lia *et al.* (Eds.). **Citizen-Led Urbanism in Latin America**: Superbook of civic actions for transforming cities. Inter-American Development Bank, 2022. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publications/english/viewer/Citizen-Led-Urbanism-in-Latin-America-Superbook-of-civic-actions-for-transforming-cities.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2024.

ALÔ ALÔ BAHIA. 'As Vozes da Terra': Museu de Arte de Simões Filho ganha nova exposição. **Alô Alô Bahia**, 03/11/2023, s. p. Disponível em: <https://aloalobahia.com/notas/as-vozes-da-terra-museu-de-arte-de-simoes-filho-ganha-nova-exposicao> Acesso em: 1º fev. 2024.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. A Rede de Ascensores Urbanos de Salvador: Do Guindaste dos Padres aos dias de hoje. *In: Anais do VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*, 2012, São Paulo. São Paulo: TICCIH Brasil, Centro Universitário Belas Artes, SESC-SP, Cinemateca Brasileira, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t5_rede_ascensores_urbanos.pdf. Acesso em: 1º fev. 2024.

ARANTES, Rafael de Aguiar. Fugindo dos males da cidade condomínios residenciais fechados na grande Salvador. *In: CARVALHO, Inaiá Maria M. de. et al. (Orgs.) Metrôpoles na atualidade brasileira*: transformações, tensões e desafios da Região Metropolitana de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Prefeitura de Salvador, 1949.

BAHIA DE VALOR. Bairro do Comércio receberá mais duas secretarias da Prefeitura este mês. **BadeValor**, 12/09/2019. Disponível em: <https://badevalor.com.br/bairro-do-comercio-recebera-mais-duas-secretarias-da-prefeitura-este-mes>. Acesso em: 1º fev. 2024.

BAHIA ECONÔMICA. Túnel em Salvador: custo do projeto da prefeitura dá para construir 3 hospitais ou recuperar todo Centro Histórico. **Bahia Econômica**, 22/03/2023. Disponível em: <https://bahiaeconomica.com.br/wp/2023/03/22/tunel-em-salvador-custo-do-projeto-da-prefeitura-da-para-construir-3-hospitais-ou-recuperar-todo-centro-historico>. Acesso em: 1º fev. 2024.

BAHIA, Louti. Amo a História de Salvador - By Louti Bahia, 10 de maio de 2016. **Facebook**: Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1051589878213735&id=729832370389489&set=a.729839003722159>. Acesso em: 1º fev. 2024.

BAZZU, Paola; TALU, Valentina. **Tactical Urbanism Volume 5: Italy**. TaMaLaCà; The Street Plans Collaborative, 2017. Disponível em: https://issuu.com/streetplans-collaborative/docs/tu_italy_eng. Acesso em: 1º fev. 2024.

BENETTI, Pablo. *Desafios para o projeto urbano, metodologia e conceitos*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2020.

BLOOMBERG ASSOCIATES. **Asphalt Art Guide: How to Reclaim City Roadways and Public Infrastructure with Art**. The Street Plans Collaborative; Renee Piechocki, 2019. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/asphalt-art-guide>. Acesso em: 1º fev. 2024.

BNEWS. Dia Nacional das Baianas de Acarajé é homenageado pelo Projeto 'Axé com Dendê'. **BNews**, 27/11/2023. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/salvador/dia-nacional-das-baianas-de-acaraje-e-homenageado-pelo-projeto-axe-com-dende.html>. Acesso em: 1º fev. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Centro Histórico de Salvador (BA). **Portal Iphan** [s. d.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/35>. Acesso em: 1º fev. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ofício das Baianas de Acarajé. **Portal Iphan**, 10/09/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/bahia/patrimonio-imaterial>. Acesso em: 1º fev. 2024.

C&AMERICA LATINA. Centro Cultural "Que ladeira é essa?" Salvador, Brasil. **C&America Latina** - Espaços de arte, s. d. Disponível em: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/places/que-ladeira-e-essa-cultural-center>. Acesso em: 1º fev. 2024.

CAMAÇARI. Lei Complementar Nº 1873/2023 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023 - Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PDDU-S) do Município de Camaçari. **Diário Oficial do Município**. XX - Nº 2290 - 2º Caderno. 15/12/2023. Disponível em: <https://www.camacari.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/diario-2290-2o-caderno-certificado.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2024.

CARVALHO, Inaiá Maria M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. Salvador como negócio. *In: CARVALHO, Inaiá Maria M. de et al. (Orgs.) Metrôpoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios da Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.

CENTRO CULTURAL QUE LADEIRA É ESSA? [s. d.]. Disponível em: <https://quela-deira.com.br>. Acesso em: fev. 2024.

DELGADO, Juan Pedro Moreno. A Rede integrada de Transporte de Alta Capacidade como Indutor da Descentralização de Atividades Urbanas na Região Metropolitana de Salvador. *In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria M.; PEREIRA, Gilberto Corso. (Orgs.) Transformações metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina*. Salvador: EDUFBA, 2016.

ELLIN, Nan. **Architecture of fear**. New York: Princeton Architectural Press, 1997.

FONTES, Adriana Sansão. **Urbanismo Tático x Ações para Transformar Cidades**. Rio de Janeiro: Ed. URFRJ, 2021. p.13.

FONTES, Adriana Sansão. **Urbanismo Tático**: um guia para as cidades brasileiras. Rio de Janeiro:Rio Books, 2020.

FORMULÁRIO OFFICE. [off-line]. Disponível anteriormente em <https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=Kzc-LK-q5USYAO1ChV1kOZkR6qd9HchKgQEdh-GkxJZUODNSQkFBSUYyS0RES-jJN09QNUc2SIFXVS4u>. Último acesso em: fev. 2024.

G1 BAHIA. Concurso escolhe os melhores carrinhos de café de Salvador. **G1 Bahia**, 03/04/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/04/03/concurso-escolhe-os-melhores-carrinhos-de-cafe-de-salvador-veja-fotos.ghtml>. Acesso em: 1º fev. 2024.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HARTLEY, Lucinda *et al.* **Tactical Urbanism Volume 4**: Australia & New Zealand. The Street Plans Collaborative; CoDesign Studio, 2014. Disponível em: https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tacticalurbanismvol4_141020. Acesso em: 1º fev. 2024.

HARVEY, David. A liberdade da cidade *In*: VAINER, Carlos *et al.* (Orgs.) **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Estética**: textos seletos. Tradução: Marco Aurélio Werle e Oliver Tolle. São Paulo: Ícone, 2012. p. 27-28.

INSPER. Salvador: Plano de Bairro Comércio de Salvador e Transformação Urbana Localizada – TUL. **Youtube**. Publicado por Insper [s. l., s. n.], 2021. 1 vídeo/live (1:51:40 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/3IntHWCUqOc>. Acesso em: 1º fev. 2024.

JACOBS, Janes. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KAYDEN, Jerold S. **Privately Owned Public Spaces**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2000.

KERN, Leslie. **Cidade feminista**: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. p. 206.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LYDON, Mike; THE STREET PLANS. **Tactical Urbanism**: a tool for crisis management? The Street Plans Collaborative. TUMI/NUMO Webinar, April 2nd, 2020.

Disponível em: <https://www.transformative-mobility.org/wp-content/uploads/2023/03/Street-Plans-VoosQg.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2024.

MATURANA, Humberto R. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MENEZES, Cynara. Pierre Verger, o parisiense que virou babalaô: uma entrevista com o grande fotógrafo e etnólogo francês, radicado na Bahia. **Socialista Morena**, 26/11/2012 [1993]. Disponível em: <https://www.socialistamorena.com.br/pierre-verger-o-parisiense-que-virou-babalao>. Acesso em: 1º fev. 2024.

MUNIZ, Eder. **Ruas Salvador**: liberdade clandestina. Salvador: Editora GRIS, 2021.

MURAL – Movimento Urbano de Arte Livre. **Projeto Mural**, 2021. Disponível em: <https://www.projetomural.art.br/projeto>. Acesso em: 1º fev. 2024.

MUSAS – Museu de Street Art Salvador. **I Love Musas** [Blog]. Disponível em: <https://ilovemusas.wordpress.com/sobre-o-musas>. Acesso em: 1º fev. 2024.

NEWS BA. Consulta pública reúne sugestões para Plano de Bairro do Comércio até o dia 9. **News Ba**: a Bahia bem informada, 03/06/2021. Disponível em: <https://newsba.com.br/2021/06/03/consulta-publica-reune-sugestoes-para-plano-de-bairro-do-comercio-ate-o-dia-9>. Acesso em: 1º fev. 2024.

PINOTTIDA, Fernanda. Lavagem do Bonfim retorna nesta quinta após dois anos de cancelamento pela Covid. **CNN SP**, 12/01/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lavagem-do-bonfim-retorna-nesta-quinta-apos-dois-anos-de-cancelamento-pela-covid>. Acesso em: 1º fev. 2024.

PLATÃO. **A República (ou Da justiça)**. 3. ed. Tradução e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2019.

PORTAL TURISMO TOTAL. Ruas e praças do Comércio, área central de Salvador, ganham obras de artes. **Portal Turismo Total**, 07/01/2021. Disponível em: <https://portalturismototal.com.br/index.php/2021/01/07/ruas-e-pracas-do-comercio-area-central-de-salvador-ganham-obras-de-artes>. Acesso em: 1º fev. 2024.

RUA – Roteiro Urbano de Arte: arte de rua em Salvador. Curadoria: Daniel Rangel. Salvador: Fundação Gregório de Mattos; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2021. Disponível em: <https://www.salvadorbahia.com/roteiros/rua-roteiro-urbano-de-arte-de-salvador>. Acesso em: 1º fev. 2024.

SALVADOR. **Lei Nº 9.069**, de 30 de junho de 2016. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

SALVADOR. SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULT). **Diagnóstico Preliminar Projeto Orla**: Relatório da etapa I da Oficina de Planejamento Participativo. Salvador/Secult, 2022b. Disponível em: https://secult.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/projetoorla/DiagnosticoPreliminar_ProjetoOrla_Salvador_vfinal.pdf. Acesso em: 1º fev. 2024.

SALVADOR. SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULT). **O que é o**

Projeto Orla. Salvador/Secult, 2022a. Disponível em: <https://secult.salvador.ba.gov.br/projeto-orla>. Acesso em: 1º fev. 2024.

SALVADOR. SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO (SECULT). **Relatório Oficial Projeto Orla.** Salvador/Secult, 2022c Disponível em: https://secult.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/projetoorla/Relatorio_Oficial_ProjetoOrla-Salva-dor_final.pdf. Acesso em: 1º fev. 2024.

SALVADOR. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO (SEDUR). Salvador vai ganhar polo para estimular a economia criativa. **Sedur**, 18/08/2020. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/noticias/703-salvador-vai-ganhar-polo-para-estimular-a-economia-criativa>. Acesso em: 1º fev. 2024.

SALVADOR. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO (SEDUR). Lei Nº 9.278 /2017. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providência. **Diário Oficial do Município:** Salvador, BA, ano XXX, n. 6.931, 21 set. 2017 [Public. on-line em 2019]. Disponível em: https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2019/02/Lei_9278_2017.pdf. Acesso em: 1º fev. 2024.

SALVADOR. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS (SEINFRA); SANEHATEM CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. Diagnóstico urbanístico e avaliação dos impactos da Passagem Subterrânea - A: Campo da Pólvora à Rua Guindaste dos Padres. Vol. Único – Componente Ambiental, Paisagismo, Diagnóstico Urbano e Avaliação dos Impactos. **Observatório das Metrópoles**, ago./2022. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2023/04/2114_ARQ_V2.pdf. Acesso em: 1º fev. 2024.

SALVADOR; SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO (SEDUR). **Lei Nº 9.069/2016** - Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em: https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf. Acesso em: 1º fev. 2024.

SALVADOR; SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO (SEDUR). **Manual de Transformação Urbana Localizada** (TUL). Sedur, 2020. Disponível em: https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2019/05/tul-compactado.pdf. Acesso em 1º fev. 2024.

SALVADOR; SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE E ORDENAMENTO DO USO DO SOLO DO MUNICÍPIO (SUCOM). Disponível em <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/tul-compactado.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2024.

SALVADOR; SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE E ORDENAMENTO DO USO DO SOLO DO MUNICÍPIO (SUCOM). **Lei Nº 9.148**, de 08 de setembro de 2016. Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/novalouossancionada.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2024.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na Geographia nacional**. São Paulo: Casa Eclética, 1901.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

SENA, Felipe. Masf: escada em Simões Filho vira museu e promoverá exposições. **A Tarde**, 12/06/2023. Disponível em: <https://atarde.com.br/cultura/culturaexposicao/masf-escada-em-simoes-filho-vira-museu-e-promovera-exposicoes-1232144>> Acesso em: 1º fev. 2024.

SILVA, Elias Coimbra da. Algumas considerações sobre a validade da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Neil Smith. **Ra'e Ga: O espaço geográfico em análise** 26 (2012), p.227-246. Curitiba, Departamento de Geografia. Disponível em: www.geografia.ufpr.br/raega. Acesso em: 1º fev. 2024.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine N.; SILVA, Maina P. Governança urbana e governança metropolitana. *In*: SILVA, Sylvio B. de M. CARVALHO, Inaiá Maria M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. (Orgs.) **Transformações metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SITTE, Camillo. **A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SITTE, Camillo. **The Art of Building Cities**. New York: Martino Publishing, 2013.

SOUZA, Angela G. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2. ed. rev e ampl. Salvador. EDUFBA, 2008.

TRIBUNA DA BAHIA. Salvador terá túnel subterrâneo que liga Campo da Pólvora ao Comércio. **Tribuna da Bahia**, 09/03/2023 [s. p.]. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/178390/salvador-tera-tunel-subterraneo-que-liga-campo-da-polvora-ao-comercio>. Acesso em: 1º fev. 2024.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In*: XIV Encontro Nacional da ANPUR, maio/2011, Rio de Janeiro – RJ. **Anais [...]**, s. p. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/635/622>. Acesso em: 1º fev. 2024.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de Pensamento sobre a cidade**. Salvador/Ilhéus: Edufba/Editus, 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

VELOSO, Josemara. Estudo revela uma Salvador mais real para a nova Lei de Bairros. **Edgard Digital - Arquitetura**, 22/06/2017 [s. p.]. Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=3152#:~:text=Os%20dados%20levantados>

%20podem%20demonstrar,e%20a%20viv%C3%Aancia%20do%20morador%2C.
Acesso em: 1º fev. 2024.

VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2019. p. 74-75.